



PROGRAMA ELEITORAL

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2023

VOTA **6** **X**

IFORÇA
DI POVO

A stylized graphic of a hand holding a pencil, with the text 'FORÇA DI POVO' overlaid in large, bold, red letters. The background of the graphic is a yellow and orange geometric pattern.

ÍNDICE

PREÂMBULO	4
O BALANÇO CALAMITOSO DE UM REGIME QUE ESTÁ A DESTRUIR O PAÍS	6
Situação política	6
Situação económica	7
– Uma população mais empobrecida	7
– Um endividamento público sem precedentes	8
– Orçamentos do Estado imorais	8
– Gestão danosa de fundos e despesas públicas opacas e descabidas	9
Situação social	10
A saúde está de joelhos	10
– A educação está no chão	10
– A proteção social é inexistente	11
– Outros serviços básicos estão a degradar-se	11
– Uma tensão social crescente	11
TERRA RANKA: VIRAR A PÁGINA DO RETROCESSO E CONSTRUIR CONSENSOS PARA UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO	12
EIXO 1: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO ..	14
Reforma do sistema político	14
Reforma do setor da justiça	15
Reforma do setor da defesa e segurança	16
Reforma da administração pública	18
Regulação da administração territorial	20
Reestruturação da comunicação social	20
Inovação e governação eletrónica	21
EIXO 2: PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA	24
Política macroeconómica e gestão das finanças públicas	24
Política macroeconómica	24
Gestão das finanças públicas	26
Políticas públicas de incentivo à criação de emprego e promoção do emprego jovem	27
Criação de riqueza e redução da pobreza	29
Finanças inclusivas	30
Promoção do setor privado e diversificação da economia	30

EIXO 3: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO E INFRA-ESTRUTURAÇÃO DO PAÍS	32
Agricultura, agro-indústria e pecuária	32
Pecuária	34
Proteção fitossanitária	35
Pescas	36
Turismo	38
Minas e Indústria	39
Programa de infra-estruturação do País	41
Energia, Água e Saneamento	42
Telecomunicações	44
Estradas e Pontes	46
Portos e Aeroportos	48
Desenvolvimento Urbano	39
EIXO 4: VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS CIDADÃOS	50
Educação	50
Saúde	52
Proteção Social	55
Juventude	56
Habitação Social	57
Cultura	59
Desporto	59
EIXO 5: REDINAMIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIÁSPORA	60
Diplomacia e Cooperação Internacional	61
Integração Regional, Sub-regional e Diáspora	62
EIXO 6: PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CAPITAL NATURAL	64
Política sustentável de desenvolvimento	65
Política de proteção do ecossistema e das áreas protegidas	66
Proteção dos nossos recursos florestais	66
Proteção dos recursos haliêuticos	66
Proteção da nossa costa devido à erosão	67
Ambiente urbano	67

PREÂMBULO

A Guiné-Bissau atravessa um dos períodos mais conturbados da sua história.

Desde fevereiro de 2020, assistimos a uma situação de profunda degradação da situação política nacional, marcada pelo cerceamento dos direitos civis e políticos dos cidadãos, pela sistemática violação da Constituição e das leis e pela instrumentalização da justiça. De igual modo, assistimos à perseguição de opositores políticos, a raptos e a agressões contra todas as vozes que se opõem a este regime, bem como a discursos inflamatórios, de ódio, de divisão e de ameaças à unidade nacional.

Em maio de 2022, sem que estivessem reunidas as condições políticas para tal, o Presidente da República decidiu dissolver o Parlamento e formar um governo de sua própria iniciativa, agravando a crise política e fragilizando ainda mais os pilares fundamentais da nossa democracia. Um ano depois, as instituições, a democracia e o próprio Estado estão a ruir de forma vertiginosa, nada se salvando neste

caminhar irreversível para o precipício.

No plano social a situação é calamitosa. Os factos estão à vista de todos, reais e indesmentíveis: aumento galopante do custo de vida, aumento da pobreza das populações, colapso do sistema de saúde, colapso da educação, greves intermináveis na função pública, ausência de diálogo social, corrosão do tecido social, incapacidade de prestação de serviços básicos como o fornecimento de água e energia eléctrica, degradação das infra-estruturas, gestão danosa dos bens públicos, corrupção, etc.

Chegámos a este ponto porque temos um governo incompetente e corrupto; um governo sem nenhum compromisso com o povo, por lhe faltar legitimidade democrática; um governo que não foi sufragado nas urnas, sem uma visão e um programa coerente de governação; um governo desnordeado, ausente, e esgotado, sem capacidade para resolver os problemas básicos das populações.

É este o retrato da Guiné-Bissau que



vai às urnas no próximo dia 4 de junho de 2023. Um país amordaçado, onde é proibido sonhar; um país onde os valores estão invertidos, onde a mediocridade reina sobre a competência, a ganância sobre a humildade, a mentira sobre a verdade, o mal sobre o bem.

O nosso país está numa encruzilhada e o seu destino volta a estar novamente nas nossas mãos. A escolha que temos pela frente é clara: ou mantemos o país como está, dividido, sequestrado por interesses obscuros, resignado com o retrocesso

económico, social e cultural; ou pelo contrário, assumimos o compromisso de restaurar a estabilidade política, a unidade nacional, a boa governação e a construção do progresso para todos os filhos desta terra.

A Coligação Eleitoral **PLATAFORMA DA ALIANÇA INCLUSIVA — TERRA RANKA** concorre às próximas eleições legislativas com o objetivo de vencer com uma maioria confortável, de modo a resgatar o poder popular e devolver aos Guineenses a esperança num futuro de paz, de justiça e de desenvolvimento.



O BALANÇO CALAMITOSO DE UM REGIME QUE ESTÁ A DESTRUIR O PAÍS

SITUAÇÃO POLÍTICA

Nas eleições de 10 de março de 2019, o povo da Guiné-Bissau fez uma escolha clara: atribuiu uma maioria relativa ao PAIGC, que, em coligação com três partidos políticos, a APU-PDGB, a UM e o PND, formou um governo de base alargada com condições para governar a Guiné-Bissau durante a X Legislatura e assegurar a estabilidade do país.

Contudo, a esperança dos Guineenses cedo esmoreceu quando as eleições presidenciais de Dezembro de 2019 foram interrompidas por uma autoproclamação, no meio de um contencioso eleitoral, pondo em causa o equilíbrio de todas as instituições da soberania nacional.

Desde então assistimos a um processo de instauração de um Estado autoritário e de tendências ditatoriais, em que se viola sistematicamente a Constituição e o princípio da separação de poderes, como o demonstram as decisões de negociar e de assinar

acordos internacionais, ignorando por completo as competências dos demais órgãos da soberania.

Por outro lado, na vigência deste regime, os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação e a liberdade de imprensa, são flagrantemente violados através da repressão e da intimidação.

O PAIGC e o seu Presidente têm sido particularmente visados por actos de perseguição por parte deste regime, nomeadamente através das várias tentativas de impedir a realização do seu X Congresso, de farsas judiciais para restringir a liberdade de circulação do seu Presidente, ou ainda de tentativas de impedir este Partido de participar nestas eleições legislativas.

A dissolução do Parlamento em maio de 2022 e os sucessivos adiamentos das eleições legislativas constituem o golpe fatal desferido contra o frágil sistema político Guineense, com implicações profundas para o futuro da nossa democracia.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O retrocesso do país é visível em todos os setores, mas é porventura nas áreas económica e social que é mais gritante. Nunca a Guiné-Bissau foi tão malgovernada como agora; nunca houve tanta corrupção a gangrenar os fundamentos do Estado; nunca o sofrimento das populações foi tão brutal.

Uma população mais empobrecida

As políticas económicas levadas a cabo por este governo têm reflexos bastante negativos na vida das populações, particularmente das camadas mais pobres. Uma grande maioria da nossa população rural tem como principal fonte de rendimento a castanha de caju.

Este regime prometeu o preço de 2 000 CFA/quilo de castanha de caju. Por três anos consecutivos, o preço da castanha foi em média de 250 FCFA (bem inferior à média de 600 FCFA nos governos do PAIGC), empobrecendo a grande maioria da nossa população rural. Isto, por causa das más políticas que prejudicam os produtores e beneficiam outros agentes da cadeia de comercialização e exportação da castanha de caju.

Outra coisa não seria de esperar, quando se vêem vários governantes

deste regime metidos no negócio do caju, num claro conflito entre seus interesses pessoais e os interesses dos pobres produtores rurais. Por causa das más decisões do governo, cerca de 50 mil toneladas de castanha ficaram por exportar em 2022. Como consequência, o país teve um crescimento económico anémico de apenas 3,7% nesse ano.



O empobrecimento das populações também decorre da subida drástica e generalizada do custo de vida, com o aumento exorbitante dos preços de uma grande variedade de géneros da primeira necessidade. O governo tem-se mostrado incapaz de atenuar os sacrifícios da população, nomeadamente através da adopção de medidas que levem à redução dos preços e à melhoria do poder de compra das famílias.

Um endividamento público sem precedentes

Perante a queda das receitas fiscais, por força de políticas irresponsáveis, incluindo isenções fiscais a amigos e comparsas, este governo não tem tido outra opção que não seja endividar-se para realizar despesas correntes, nomeadamente o pagamento dos salários.

Em resultado desse endividamento, a dívida pública do país saiu fora do controlo, passando de 65% em 2019 para 80.9% do PIB em 2022. Trata-se de uma espiral perigosa de endividamento que sobrar, sem dúvida, para os governos legítimos que hão-de vir. A preocupação não é apenas o facto de a dívida pública estar a aumentar relativamente à riqueza nacional, ultrapassando pela primeira vez o tecto de convergência da CEDEAO e da UEMOA de 70%, desde que o país beneficiou do perdão da dívida em 2010, mas também e sobretudo porque, ao contrário do que postula a ortodoxia económica, as novas dívidas são essencialmente para o consumo, e não para o investimento, corroendo, à partida, a própria capacidade do seu reembolso.

Orçamentos do Estado imorais

Se os orçamentos do Estado 2020, 2021 e 2022 tivessem de ser caracterizados numa única palavra, essa palavra seria IMORAL. Os orçamentos deste governo tiram da boca dos pobres para pôr na boca dos ricos. Cinco novos impostos foram introduzidos em 2020 em plena pandemia (imposto da democracia, imposto do audiovisual, imposto do desenvolvimento urbano, imposto das telecomunicações e contribuição predial rústica do caju), e os valores marginais de alguns impostos já existentes (contribuição industrial, imposto profissional) foram aumentados substancialmente, reduzindo consideravelmente o rendimento disponível, sobretudo das famílias mais pobres. Do orçamento 2023 nem se pode falar, dado que por lei não existe, o que abriu caminho a todo o tipo de desvios que consubstanciam uma gestão danosa do erário público.

Em contrapartida, foram introduzidos subsídios milionários aos titulares dos órgãos de soberania. Ou seja, os mais pobres pagam a vida de luxo dos governantes. Segundo algumas estimativas, os subsídios milionários e as constantes e inúteis viagens têm custado ao tesouro público mais de 2 bilhões de FCFA por ano. Esse valor daria para resolver boa parte dos problemas graves da saúde e da educação.



Gestão danosa de fundos públicos e despesas públicas opacas e descabidas

Em finais de 2020, em plena pandemia do COVID, e com necessidades imensas nos setores sociais, os Guineenses foram surpreendidos com um pagamento absurdo de mais de 3 bilhões de FCFA a um político de um partido que sustenta este regime. Além de fraudulento, esse pagamento chocou a opinião pública por configurar um ato de gestão danosa e de corrupção em plena luz do dia, que envergonharia qualquer governante sério.

Estando o país a viver numa autocracia, onde reina a impunidade, os res-

ponsáveis desta gestão danosa nunca foram incomodados pelo Ministério Público, que está mais interessado em perseguir os adversários políticos deste regime do que em combater a corrupção.

A gestão danosa de fundos públicos pelo governo foi particularmente notória durante a pandemia do COVID 19, durante a qual os fundos doados à Guiné-Bissau foram usados de forma opaca e serviram sobretudo para o enriquecimento ilícito dos detentores do poder, e nenhuma assistência financeira foi dada às populações mais afectadas pelas medidas restritivas impostas para o combate à pandemia.



SITUAÇÃO SOCIAL

Os setores sociais no nosso país estão a colapsar a olho nu. Hoje na Guiné-Bissau não se pode falar nem de saúde, nem de educação, nem de proteção social.

A Saúde está de joelhos

O setor de saúde está de joelhos e a colapsar a cada dia que passa. Os hospitais e centros de saúde em todo o país estão de rastos, incapazes de atender às necessidades básicas dos utentes, com doentes a morrerem de forma escandalosa por falta de cuidados mínimos, provocando a desconfiança generalizada das populações em relação à qualidade dos serviços prestados e uma cada vez maior hesitação em recorrer aos hospitais em casos de doença.

Os profissionais de saúde estão desmoralizados e num longo braço-de-ferro com o governo, que não se digna dialogar com as suas organizações representativas. Este impasse já provocou nos hospitais e centros de saúde greves, paralisações intermitentes, bloqueios, abandonos de ser-

viço etc., e não há fim à vista para esta letargia que deixa desesperada a população em todo o país.

A situação no setor da saúde é tão grave que nos deve interpelar a todos, pois os grupos sociais mais pobres não têm alternativa aos serviços públicos de saúde cada vez mais inexistentes, por manifesta má-fé do governo em atender às reivindicações básicas dos seus profissionais.

A Educação está no chão

A educação deixou de existir na Guiné-Bissau há três anos. Calcula-se que cerca de 60 mil alunos abandonaram o sistema público de ensino nos últimos três anos por causa de uma oferta deficiente. Todos os sinais apontam no sentido de que, a não serem resolvidos rapidamente os problemas conjunturais que assolam o setor, esta debandada generalizada prosseguirá nos próximos anos. Uma situação inédita na história da Guiné-Bissau.

Este governo deixou a educação ao Deus dará. A educação não é e nunca foi sua prioridade, pois o regime

está mais preocupado em investir nos setores da defesa e da segurança, como meios de repressão contra as populações, do que nos recursos humanos do país. Por causa disso, o futuro imediato dos alunos das escolas públicas do país está claramente comprometido.

A Proteção Social é inexistente

O actual governo não dispõe de uma política de proteção social. Em vez de investir nas populações mais desfavorecidas, a sua principal preocupação é satisfazer os caprichos e a vida de luxo da nova elite política que assaltou o poder.

Essa falta de sensibilidade para com os mais vulneráveis viu-se claramente durante a pandemia do COVID-19 em 2020 e 2021. Ao contrário do que aconteceu em vários países, os fundos do COVID obtidos pelo governo não serviram para reforçar o nosso sistema de saúde, nem tão pouco para sustentar os rendimentos das populações mais vulneráveis, a fim de contrariar a tendência do aumento da pobreza.

Em geral, não existe nenhum mecanismo de apoio financeiro para compensar as perdas de rendimento das populações mais vulneráveis, confrontadas com o risco real de pobreza e de fome por causa do aumento galopante do custo de vida.

Outros serviços básicos estão a degradar-se

Além da falta de educação e de saúde, são visíveis os retrocessos na prestação de outros serviços básicos às populações, nomeadamente o abastecimento de água e de energia eléctrica. Os progressos alcançados nestes setores nos últimos anos, graças a intervenções robustas dos governos do PAIGC, estão a ser postos em causa. Em vários centros urbanos do interior do país (Bafatá, Gabú, Bissorã, Canchungo, etc.) deixou de haver fornecimento de energia eléctrica. Em Bissau, a mantra de má memória “luz bai, luz bim” voltou a ser uma realidade e a tendência é para piorar.

Uma tensão social crescente

Paralelamente ao colapso dos setores sociais, o tecido social também está a corroer-se por causa de uma crispação crescente entre o governo e os vários segmentos da sociedade, nomeadamente sindicatos, ordens profissionais, comunicação social, etc. A onda de greves na função pública que assola o país há vários meses é a ilustração perfeita desse ambiente sombrio que se vive no país. A interminável greve das centrais sindicais é a consequência da incapacidade do governo de dialogar com os sindicatos por arrogância e falta de soluções.



TERRA RANKA: VIRAR A PÁGINA DO RETROCESSO E CONSTRUIR CONSENSOS PARA UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

Com o presente Programa Eleitoral, a Coligação Eleitoral PAI-Terra Ranka volta a propor aos Guineenses o mesmo compromisso: o de juntos trabalhar PA TERRA RANKA MÁŠ.

Terra Ranka é a expressão programática do grande compromisso político, económico e social com o povo Guineense. Terra Ranka será resgatado e actualizado a fim de catapultar um processo acelerado de desenvolvimento do nosso país.

Juntos, iremos concluir o trabalho iniciado, de forma a melhorar progressivamente as condições de vida do nosso povo. Juntos, iremos construir uma sociedade de paz, de progresso e de justiça social. Juntos, iremos celebrar uma nova Guiné-Bissau, a Pátria com que sonharam Amílcar Cabral e os nossos heróicos combatentes da liberdade da Pátria.

O Programa Eleitoral do PAI-Terra Ranka baseia-se na visão do Plano Estratégico e Operacional Terra Ran-

ka, que preconiza uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estável e economicamente desenvolvida.

Em dez anos, a Guiné-Bissau deverá tornar-se um país unido e bem governado; um país de rendimento médio, solidário e com reduzidas desigualdades sociais; um país onde a cultura será valorizada e a biodiversidade protegida, através de um modelo exemplar de desenvolvimento sustentável. Enfim, um país atractivo onde seja bom viver.

A concretização desta visão estratégica passa pela construção de dinâmicas positivas que se reforçam mutuamente e convergem para uma prosperidade partilhada. Será preciso, nomeadamente: (i) impulsionar os setores capazes de criar riquezas, valorizando o capital natural do país; (ii) melhorar a governação das instituições por meio de uma abordagem participativa que privilegie o diálogo democrático, o respeito das diferenças e a preser-



vação da paz social; e (iii) criar sinergias entre a acção colectiva da sociedade guineense e o ambiente natural caracterizado por uma rica biodiversidade.

Sendo Terra Ranka um Plano para dez anos, uma legislatura não é período suficiente para o alcance pleno dessa visão. Contudo, é importante no decurso da próxima legislatura lançar as sementes para o florescimento de uma economia diversificada que se apoiará em quatro motores do crescimento: agricultura e agro-indústria, pesca, turismo e minas.

Para a dinamização da economia, os fundamentos da competitividade, tais como a paz e a governação, a biodiversidade e o capital natural, as infra-estruturas e o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento humano, e o ambiente de negócios, serão estabelecidos.

O Programa Eleitoral do PAI-Terra Ranka pretende abrir aos Guineenses essa possibilidade, está alinhado com o Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka e encontra-se articulado em torno de seis eixos:

Eixo 1. Consolidação do Estado de Direito Democrático, Reforma e Modernização das Instituições Públicas;

Eixo 2. Promoção do Crescimento Económico e Redução da Pobreza

Eixo 3. Desenvolvimento do Setor Produtivo e Infra-estruturação do País

Eixo 4. Valorização do Capital Humano e Melhoria das Condições de Vida das Populações

Eixo 5. Redinamização da Política Externa, Integração Regional e Diáspora

Eixo 6. Preservação da Biodiversidade e do Capital Natural



EIXO 1

CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO

A consolidação do Estado de direito democrático e a modernização do aparelho administrativo do Estado constituem grandes apostas do PAI-Terra Ranka para a próxima legislatura. O futuro da Guiné-Bissau dependerá da sua governação. Só a boa governação permitirá virar definitivamente a página das crises políticas e dos conflitos, reconciliar os cidadãos com a sua classe dirigente, promover a inclusão social e criar a confiança da comunidade internacional.

Esta aposta pressupõe, nomeadamente, a reforma do sistema político, a reforma dos setores da justiça, da defesa e segurança, da administração pública e do ordenamento territorial. Pressupõe, igualmente, uma comunicação social livre e a aproximação do

Estado aos cidadãos, mediante serviços eficientes e acessíveis a todos.

Reforma do Sistema Político

A necessidade de reformar o nosso sistema político é uma das principais lições da persistente crise política em que o país está mergulhado. O PAI-Terra Ranka compromete-se a trabalhar para a melhoria das instituições políticas, através da revisão da Constituição e das demais leis que compõem o nosso ordenamento jurídico-político, de modo a servirem a causa da estabilidade política e da paz social.

No âmbito da **reforma do sistema político**, propomos:

- Trabalhar para a adoção de um pacto de estabilidade política e social entre os partidos políticos com assento parlamentar e pelos parceiros sociais;
- Concluir o processo de revisão constitucional;
- Promover a revisão da Lei Eleitoral e da Lei-Quadro dos Partidos Políticos;
- Promover a reconciliação nacional, a paz e a estabilidade, mediante a promoção de espaços de diálogo para o intercâmbio de ideias.

Reforma do Setor da Justiça

A consolidação do nosso tecido social exige uma justiça credível, acessível a todos, célere e de qualidade. O setor da justiça desempenha um papel crucial nos esforços para consolidar a paz e a estabilidade política e social, assegurar o Estado de direito democrático e promover a responsabilização coletiva da sociedade. A situação

lamentável em que se encontra o nosso **setor da justiça** torna fundamental um conjunto de reformas e de ações neste domínio.

Propomos:

- Reforçar, modernizar e melhorar o funcionamento das estruturas do Ministério da Justiça e serviços sob sua dependência;
- Propor a criação do Tribunal Constitucional;
- Rever a Lei-Quadro do Ministério Público;
- Reforçar a capacidade institucional dos tribunais e das magistraturas judiciais e do Ministério Público;
- Reforçar os programas de formação para juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais;
- Valorizar a carreira dos atores judiciais, criando condições mais condignas ao exercício das suas funções;



- Promover reformas legislativas, nomeadamente a revisão da legislação penal e processual penal entre outras, que garantam maior prevenção e combate à criminalidade;
- Melhorar as condições de funcionamento dos tribunais, através da construção e equipamento de novos edifícios, bem como da reabilitação dos edifícios existentes;
- Reforçar os mecanismos de proteção dos direitos humanos;
- Implementar a política nacional de proteção de menores e das mulheres e criar um centro de atendimento e acompanhamento psicológico e social das vítimas de violência;
- Expandir a rede de estabelecimentos prisionais;
- Reforçar a capacidade institucional da Polícia Judiciária;
- Lutar contra a corrupção e a promiscuidade entre o Estado e o setor privado;
- Melhorar os mecanismos de combate à criminalidade transnacional em geral, e em particular ao tráfico de estupefacientes (droga);
- Alargar os serviços de identificação civil na capital e nas capitais das regiões;
- Acelerar a informatização do registo civil, de modo a expandir o seu acesso e melhorar a eficiência dos procedimentos;
- Implementar a Lei 1/2018 relativa ao Cofre Geral da Justiça;
- Acelerar a implementação do Plano Estratégico de Registo Civil Horizonte 2028;
- Acelerar a implementação do novo Código de Registo Civil;
- Promover a formação de Conservadores e Notários;
- Acelerar a organização do Arquivo de Identificação Civil e dos Registos Centrais;
- Dar início à digitalização das fichas do Arquivo de Identificação Civil e dos Registos Centrais;
- Iniciar a implementação do Decreto 1/2017 que aprova o Estatuto dos Oficiais de Justiça.

Reforma do Setor da Defesa e Segurança

A reforma das forças de defesa e segurança é essencial para alcançar o bem-estar das populações a médio prazo e renovar o pacto de confiança entre os cidadãos, as instituições do Estado e as forças armadas e de segurança.

O objetivo da reforma é criar forças de defesa e segurança republicanas que respeitem o processo de consolidação do Estado de direito democrático e assegurem a construção de uma

paz duradoura, a reconciliação nacional e o desenvolvimento sustentável do país, em linha com as suas funções constitucionais.

Para o **setor da Defesa e Segurança** propomos:

- Concluir a reforma dos setores da defesa e segurança, nomeadamente através da reestruturação, do redimensionamento e da modernização das forças de defesa e de segurança, bem como da implementação do Fundo de Pensões e de Gratificação, para a desmobilização e inserção dos combatentes da liberdade da Pátria;
- Implementar a Lei da Carreira Militar;
- Apostar na formação das forças de defesa e segurança, através de cursos de formação e de especialização no país e no exterior;
- Incentivar a criação de programas que permitam colocar os recursos humanos existentes das forças de defesa e segurança ao serviço do desenvolvimento do país;
- Reabilitar algumas infraestruturas militares, nomeadamente as instalações da Marinha de Guerra Nacional, dos Para-comandos e do Hospital da Base Aérea;
- Melhorar as condições dos quar-

téis;

- Promover a produção agrícola militar;
- Melhorar a gestão e a prestação de serviços no Hospital Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar Principal);
- Promover a participação das nossas forças de defesa e segurança em missões internacionais, nomeadamente de manutenção da paz;
- Criar o Fundo Social para Assistência e Reabilitação dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

No domínio da **segurança interna**, propomos:

- Instalar postos avançados (esquadras) em várias localidades do país;
- Melhorar a gestão do fluxo transfronteiriço e evoluir para a utilização de tecnologias modernas nas nossas fronteiras;
- Garantir condições mínimas para o patrulhamento no interior dos bairros e pontos sensíveis da cidade;
- Apostar na formação das forças de segurança, através de cursos de formação e de especialização no país e no exterior;
- Reforçar as capacidades de reacção do Serviço Nacional de Proteção Civil;



- Eliminar definitivamente as barreiras não tarifárias, sobretudo nas estradas;
- Garantir a desobstrução de estradas e vias de acesso;
- Erradicar a prática de vazamento de lixo nas vias de drenagem.
- Reduzir os custos da máquina administrativa;
- Racionalizar e tornar mais funcional e flexível a estrutura organizacional;
- Fortalecer as funções de formulação, supervisão e avaliação



Reforma da Administração Pública

A reforma da administração pública visa tornar o aparelho administrativo do Estado mais eficaz e melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas.

No domínio da **administração pública**, propomos:

- das políticas públicas;
- Despartidarizar o recrutamento na administração pública e implementar a legislação em vigor em matéria de concurso público para acesso a cargos públicos e para a progressão na carreira;
- Instituir um mecanismo de avaliação do desempenho do pessoal da administração pública;
- Criar um parque de viaturas do Estado e regulamentar a sua utilização;

- lização pelos membros do governo e funcionários públicos;
- Regularizar as viagens dos membros do governo e dos funcionários públicos (viagens apenas quando estritamente necessário e em classe económica para curtas distâncias).
 - Identificar os funcionários públicos nos locais de serviço, em especial os que estabelecem contacto com o público;
 - Padronizar (através de modelos) os documentos oficiais e de correspondência (ofícios, circulares, ordens de serviço, informações, pareceres, notas, cartas protocolares, etc.);
 - Institucionalizar livros de reclamação e de sugestões;
 - Criar um mecanismo de avaliação da qualidade e da produtividade no setor público, na ótica da gestão por objetivos e de obtenção de resultados;
 - Institucionalizar um mecanismo de avaliação de desempenho para os titulares de cargos de direção e chefia;
 - Implementar gradualmente o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos para as carreiras técnicas da função pública;
 - Institucionalizar o Prémio de Qualidade no Serviço Público;
 - Encorajar a adoção na administração pública dos 5C's da Boa Governação (capacidade de prestação de serviços, capital financeiro e capital humano, caução, concorrência e carácter);
 - Promover a discriminação positiva, no âmbito da seleção e recrutamento em concursos públicos para acesso à administração pública, por forma a alcançar um maior equilíbrio do género;
 - Realizar uma revisão funcional abrangente para identificar funções e redundâncias sobrepostas, incluindo um censo de funcionários irregulares;
 - Estabelecer termos de referência específicos para os departamentos ministeriais e serviços públicos;
 - Regularizar a situação dos estagiários da administração pública;
 - Manter um diálogo permanente e construtivo com as organizações sindicais, a fim de garantir os consensos necessários à paz social;
 - Rever e ajustar a tabela salarial da função pública e das empresas públicas com autonomia administrativa e financeira.



Regulação da Administração Territorial

Em termos de organização da administração territorial, propomos:

- Organizar eleições autárquicas e instalar as autarquias locais;
- Promover a desconcentração nos domínios administrativo e fiscal, dotando as entidades autárquicas com recursos financeiros e humanos indispensáveis ao desempenho das suas funções;
- Propor uma nova divisão administrativa do país;
- Elaborar planos diretores de urbanização;
- Introduzir o Planeamento Urbano Verde em todo o território nacional, principalmente nas cidades e centros urbanos.
- Relançar a campanha pública bimensal de limpeza e de saneamento da cidade de Bissau e das cidades do interior;
- Apoiar a SEA na proibição definitiva da importação de sacos de plástico;
- Proibir a construção de casas e de armazéns nas zonas húmidas, incluindo a zona de Bolola;
- Instar a CMB a suspender novas atribuições de terrenos nas zonas húmidas;
- Conduzir o processo de mapea-

mento e/ou identificação de espaços ideais para a futura construção de infra-estruturas de utilidade pública, como “zonas verdes” e urinóis públicos;

- Proceder à revisão do Código de Postura;
- Georreferenciar e rever os planos de ocupação do solo.



Reestruturação da Comunicação Social

Com a rápida e constante evolução tecnológica, bem como o crescimento contínuo da partilha da informação, é imperativo que seja dada a máxima importância e relevância ao setor da comunicação social e aos setores que a complementam, uma vez que desempenham um papel fundamental no tratamento e na difusão da informação, que agora provêm das mais diversas fontes.

De forma a acompanhar estes novos fenómenos e a ter capacidade de res-

posta pronta e objetiva bem como uma melhor organização dos serviços prestados.

Propomos:

- Trabalhar no sentido de garantir o respeito pelas liberdades de expressão e informação dos órgãos de comunicação social públicos e privados, particularmente as estações de rádio, estações de televisão, imprensa escrita e internet;
- Assegurar a modernização e a melhoria das condições de trabalho dos órgãos públicos nacionais (Rádio Difusão Nacional, Televisão da Guiné-Bissau, Jornal Nô Pintcha, Agência Noticiosa da Guiné e Imprensa Nacional);
- Melhorar a rede de distribuição de sinais de rádio, televisão e internet, para garantir o acesso tendencialmente universal às tecnologias de informação a toda a população guineense;
- Concluir a transição para a Televisão Digital Terrestre;
- Promover a revisão da legislação com relevância para o setor da comunicação, assim como o reforço da regulação;
- Apoiar a expansão das emissões da TGB e da RDN a todo o território nacional;
- Normalizar o tempo de emissão

da Rádio Difusão Nacional (RDN) e da Televisão da Guiné-Bissau (TGB) 24/24h;

- Iniciar a produção de conteúdos programáticos sobre a cultura e as artes da Guiné-Bissau, bem como campanhas de educação cívica e educação em saúde, na TGB;
- Elaborar e implementar um plano geral de comunicação institucional do governo.

Inovação e Governação Eletrónica

Finalmente, a introdução da inovação e da governação eletrónica visa a construção de serviços públicos digitais mais adequados às expectativas dos cidadãos e empresas, prestando serviços mais simples e eficientes, inteligentes e transparentes, através da exploração do potencial de transformação das tecnologias digitais e da utilização inteligente dos dados, de modo a fazer o sol brilhar para todos (Sol Na lardi Pa Tudú).

Para o PAI-Terra Ranka, o pilar central da estratégia de inovação e governação eletrónica é o cidadão, o qual será colocado no centro da atenção dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Para alcançar este objetivo, propomos:

- Organizar os serviços e sistemas de informação em torno das necessidades e expectativas dos cidadãos;
- Apostar na formação, capacitação e valorização do capital humano (público, empresarial e da sociedade civil);
- Adquirir equipamentos e programas de forma planejada, assegurando padrões mínimos de atualização tecnológica e a criação de condições para a compatibilidade e intercomunicabilidade entre os sistemas, programas e equipamentos, mediante a normatização;
- Disponibilizar um modelo comum para o desenho e o desenvolvimento de serviços públicos digitais;
- Implantar a rede interna que permita a comunicação e transmissão de dados entre os técnicos e dirigentes que disponham de microcomputadores, alcançando todos os órgãos da administração pública;
- Assegurar a convergência e a integração entre as bases de dados e os sistemas de informação existentes, de forma a racionalizar e tornar compatível entre si a informação armazenada, evitando duplicações e contradições entre os sistemas;
- Melhorar o registo civil, fiscal, eleitoral, de saúde e de segurança social dos cidadãos, o que permitirá inovar na prestação dos serviços públicos, nomeadamente nos hospitais, nas escolas, na justiça, nas finanças e demais repartições públicas;
- Criar o Centro Nacional de Atendimento ao Cidadão e a Agência do Cidadão;
- Definir uma estratégia nacional de transformação digital, transversal aos diversos ministérios, setor empresarial e serviços autónomos do Estado, em coordenação com a classe empresarial, sociedade civil e comunidade académica;
- Formalizar, a nível setorial e a nível dos organismos públicos, os papéis de coordenação da transformação digital;
- Dotar cada perfil de trabalhadores públicos envolvidos na transformação digital de competências alinhadas com o modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços digitais;
- Criar uma bolsa de profissionais de reconhecida experiência em

áreas de conhecimento onde existe elevada carência;

- Constituir um «Observatório de Inovação Digital da AP» em articulação com a academia, empreendedores e o mercado;
- Disponibilizar um «Guia de Melhores Práticas para a contratação de serviços TIC»;
- Implementar três grandes registos do Estado: registo de pessoas físicas, registo de pessoas jurídicas (comércio, crédito mobiliário, identidade fiscal) e registo de dados georreferenciados do território (cartografia nacional de base digital);
- Desenvolver a identidade visual do Governo e assegurar a sua correta utilização por todos os departamentos governamentais;
- Criar e pôr a funcionar o portal do governo para disponibilizar dados abertos em tempo real que permitam criar apli-

cações com valor económico para a sociedade;

- Automatizar os processos administrativos de rotina a fim de melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos;
- Promover a certificação das entidades da Administração Pública (AP) em cibersegurança;
- Desenvolver um mecanismo que permita que os cidadãos, com a máxima autonomia e independência (com acessibilidade) e num único local, conheçam e autorizem a troca de informação pessoal detida pela AP;
 - Reforçar a adoção de meios seguros de identidade digital, com acessibilidade, para simplificar a vida aos utilizadores, tirando partido de tecnologias emergentes como por exemplo a biometria;
- Disponibilizar serviços de prova da identidade e de atributos no telemóvel.





EIXO 2

PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

O principal objetivo da política económica e financeira será alcançar um crescimento económico robusto (média anual de 7%) e inclusivo e favorecer a criação do emprego e a redução da pobreza, através da consolidação da estabilidade macroeconómica, a promoção de reformas que facilitem a eliminação dos problemas estruturais da nossa economia e impulsionem o desenvolvimento do setor privado.

POLÍTICA MACROECONÓMICA E GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Política macroeconómica

A Guiné-Bissau está entre os países com o menor PIB per capita na Região da África Subsaariana. O país precisa crescer a um ritmo superior ao dos outros países para reduzir o seu atraso, redobrando esforços para, a médio prazo, atingir o patamar de países de renda média. O crescimento económico continua a basear-se na monocultura do caju (90% das exportações), mas a fraca diversificação da economia e a instabilidade política têm acentuado a fragilidade económica do país.

O país tem crescido a uma taxa média anual de 5% nos últimos anos,



mas políticas macroeconómicas erradas do actual governo estão a provocar a desaceleração do crescimento económico. Por exemplo, em 2022, a taxa de crescimento económico foi de apenas de apenas 3,7%, em parte devido à má campanha de exportação do caju.

Para o PAI-Terra Ranka, a diversificação da economia, através de quatro motores de crescimento (agricultura e agro-indústria, pescas, turismo e minas) e o fortalecimento da competitividade, serão as grandes prioridades para relançar o crescimento económico.

Uma gestão macroeconómica prudente e coerente deverá permitir controlar a inflação, que deverá manter-se abaixo do critério de convergência de 3% da zona UEMOA, e reduzir o saldo primário e o défice da balança comercial. A estabilidade do setor financeiro será crucial para a dinamização da intermediação financeira.

A pressão fiscal situa-se em torno de 10%, muito abaixo da meta de 20% fixada pela UEMOA. Será importante melhorar a eficiência da administração tributária e prosseguir a reforma fiscal, pela via da simplificação e da modernização do sistema fiscal, a fim de assegurar o aumento da arrecadação de receitas, permitindo a realização das despesas e dos investimentos prioritários, sem criar novos impostos.

No âmbito da **política macroeconómica**, propomos:

- Actualizar o Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka e finalizar os instrumentos da sua operacionalização;
- Estabelecer como meta uma taxa de crescimento de 7% entre 2023 e 2027;
- Promover a diversificação da economia, nomeadamente através do desenvolvimento dos quatro motores de crescimento;
- Promover a reforma fiscal e melhorar o desempenho da administração fiscal de modo a atingir a pressão fiscal de 15%;
- Rever a política de subvenções e de isenções fiscais;
- Melhorar o ambiente de negócios e favorecer o crescimento do setor privado enquanto motor da economia e da criação do emprego;
- Garantir a estabilidade do setor financeiro, a fim de fomentar uma intermediação financeira sustentável e inclusiva;
- Melhorar a qualidade das estatísticas económicas;
- Criar uma Agência Multissetorial de Regulação Económica para melhorar e harmonizar os procedimentos de regulação dos setores da energia, telecomunicações, comércio e concorrência;



- Encorajar as parcerias público-privadas nos setores das infraestruturas e energia;
 - Co-titular todas as contas dos organismos do Estado e bancarizar, sob a alçada do Tesouro Público, todas as receitas resultante de taxas e impostos – inclusive nas Empresas Públicas, Institutos, Fundos autónomos;
 - Relançar o Programa de Reestruturação do Setor Público Empresarial;
- Criar condições necessárias para que os emigrantes repatriem e invistam os fundos ganhos no exterior.

Gestão das finanças públicas

Para o PAI-Terra Ranka, em termos de gestão das finanças públicas, a principal prioridade será o reforço do controlo, da qualidade e da transparência das despesas, nomeadamente através do mecanismo do Comité de Tesouraria e da gestão prudente das despesas não tituladas e da dívida pública.

A gestão orçamental será reforçada através de uma maior planificação, supervisão e disciplina de execução. O peso da massa salarial relativamente às receitas fiscais passará de 67% em 2022 a 35% em 2027. Será introduzido um mecanismo eficaz de controlo do Programa de Investimento

Público e fortalecidas as capacidades de produção de estatísticas económicas. Por outro lado, uma governação transparente e eficaz requer um sistema de contratação pública alinhado com as melhores práticas internacionais. Esta adaptação será feita no âmbito do cumprimento das normas da UEMOA em matéria de princípios de eficácia da assistência pública.



No domínio das **finanças públicas**, propomos:

- Promover o controlo, a qualidade e a transparência das despesas públicas;
- Melhorar os processos orçamentais, nomeadamente através do aperfeiçoamento da programação e da supervisão orçamental;
- Elaborar e implementar o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) a fim de melhorar o planeamento das despesas no âmbito das prioridades setoriais;
- Operacionalizar a aplicação Star

-UEMOA de forma a assegurar a transparência e a independência das transações dos fundos do Estado;

- Proceder ao saneamento das contas públicas, através de uma auditoria às dívidas públicas e a elaboração de um plano credível para a sua gradual liquidação;
- Gerir os rácios prudenciais da dívida pública, reforçando nomeadamente a sua sustentabilidade;
- Assegurar a transparência na gestão dos bens públicos, bem como a sistemática prestação de contas, mediante a publicação regular de relatórios e contas de execução orçamental e a submissão anual das contas públicas ao Tribunal de Contas e ao Parlamento;
- Melhorar os mecanismos de adjudicação dos mercados públicos;
- Lançar o estudo para a criação do banco de fomento e de microcrédito;
- Promover a Agência de Informação de Crédito (medida legislativa para facilitar o acesso ao crédito);
- Estruturar e dinamizar o INE de forma a fornecer dados fiáveis para o planeamento do investimento;
- Fomentar o programa de micro-

crédito (atribuir numa fase piloto microcrédito a 100 agrupamentos de jovens e a 100 agrupamentos de mulheres, organizadas sob a forma de associação ou de cooperativa, para o financiamento de atividades geradoras de rendimento).

Políticas públicas de incentivo à criação de emprego e promoção do emprego jovem

A Guiné-Bissau necessita criar condições objetivas para a implementação de incentivos que proporcionem geração de mais emprego, maior produtividade e criação de riqueza.

A adoção de políticas públicas de incentivo à criação de emprego será uma das nossas prioridades e constituirá um conjunto de propósitos e de ações que produzirão resultados concretos na criação de emprego, particularmente para as franjas mais jovens e mais desfavorecidas da nossa sociedade.

A nossa juventude representa a esperança, a promessa da mudança e a força produtiva capaz de maximizar o bem-estar da nação Guineense. Por isso, investir na criação do emprego jovem é investir no presente e no futuro do país. A crise do emprego jovem nas últimas décadas, particular-

mente do emprego dos diplomados, impõe ao governo uma abordagem mais proactiva e inovadora para fazer face a este flagelo.

Entendemos que o desemprego e o subemprego persistentes dos jovens comportam custos sociais e económicos muito elevados e ameaçam directamente os indicadores de desenvolvimento humano e o tecido social da nossa sociedade. Propomos:

- Proporcionar a criação de cerca de 40 mil empregos ao longo da legislatura, através da promoção do investimento público e do estímulo ao investimento privado nos setores chaves e com maior potencial de criação de novos postos de trabalho;
- Fomentar o acesso ao crédito como forma de dar maior impulso aos micro empreendimentos, às cooperativas e às associações de pequenos produtores;
- Dar continuidade à democratização das relações de trabalho e à actualização da legislação laboral, com garantia dos direitos básicos dos trabalhadores;
- Alargar as oportunidades de inserção de jovens, mulheres e trabalhadores com mais de quarenta anos no mercado de trabalho;
- Criar incentivos para atrair investimentos que empreguem jovens nas zonas rurais;

- Promover políticas macroeconómicas pró-emprego e incentivos fiscais às empresas que apostem na criação do emprego jovem;
- Lançar parcerias público-privadas para a promoção do emprego jovem;
- Criar instituições de poupança e crédito para financiamento de iniciativas de auto-emprego dos jovens;
- Facilitar a redução dos custos do crédito bancário por forma a incentivar o auto-emprego dos jovens;
- Implementar programas de estágios profissionais na administração pública e no setor privado;
- Criar o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego Jovem;
- Criar o Programa Nacional da Agricultura Jovem para financiar projetos individuais ou colectivos para jovens agricultores;
- Conceber programas alternativos de alfabetização e de formação profissional para os jovens que tenham abandonado a escola precocemente;
- Promover o empreendedorismo jovem e incluir o empreendedorismo nos currículos escolares, particularmente no ensino secundário e superior.

Criação de riqueza e redução da pobreza

Os indicadores de pobreza monetária e não-monetária na Guiné-Bissau estão entre os mais baixos da África Subsaariana. 70% da população do país é pobre e 33% muito pobre. A pobreza tem sido agravada pela cíclica instabilidade política, social e económica que o país conheceu nos últimos anos.

A redução da pobreza passará pela promoção de políticas públicas que promovam um crescimento económico inclusivo e uma maior igualdade na repartição da riqueza criada. Simultaneamente, políticas que favoreçam a emancipação económica e social das camadas sociais mais desfavorecidas, particularmente as mulheres das zonas rurais, permitirão reduzir as acentuadas desigualdades na distribuição de riquezas e fomentar uma prosperidade partilhada.

Propomos:

- Alavancar a política de criação de riqueza nos quatro motores de crescimento da economia (agricultura e agro-indústria, pescas, turismo e minas);
- Proporcionar uma melhor distribuição de riqueza através de políticas públicas inclusivas;
- Promover e financiar programas e projetos com incidência nas



zonas rurais, nos domínios da agricultura, da transformação da castanha de caju, da pesca artesanal e da transformação de produtos halieuticos, com utilização de mão-de-obra intensiva;

- Valorizar os produtos agrícolas não tradicionais e promover a sua transformação local;
- Apoiar a organização de cooperativas de produção, bem como de associações de atividade económica, principalmente entre as mulheres das áreas mais desfavorecidas, enquanto potenciais atividades geradoras de rendimento;
- Promover atividades de alta intensidade de mão-de-obra nas zonas rurais, baseadas na abordagem trabalho por alimento (*food for work*).

Finanças inclusivas

A utilização de mecanismos financeiros não tradicionais no apoio à promoção de atividades económicas dos mais pobres tem-se revelado um importante instrumento de inclusão e de redução da pobreza.

As finanças inclusivas, particularmente o micro-crédito, representam um poderoso veículo de empoderamento das populações mais vulneráveis, particularmente as mulheres, oferecendo oportunidades únicas de elevação da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Propomos:

- Estender o microcrédito às populações mais desfavorecidas, principalmente para as atividades económicas das mulheres produtoras;
- Reforçar a capacidade das instituições de promoção e de supervisão da poupança e do micro-crédito;
- Promover campanhas de sensibilização e de formação para as mulheres produtoras das zonas rurais em matéria de oportunidades de acesso ao microcrédito;
- Conceder incentivos para a criação de bancos de crédito.



Promoção do setor privado e diversificação da economia

O setor privado é o principal motor de crescimento da nossa economia. A expansão da atividade do setor privado e o aumento do investimento privado têm sido dificultados pelo precário ambiente de negócios, pela fraca poupança interna e pelo reduzido acesso dos privados nacionais ao crédito bancário.

Outros fatores que representam constrangimentos ao desenvolvimento do setor privado incluem ineficiências nos serviços que lidam com o comércio internacional, nomeadamente as alfândegas; o fraco controlo das importações via terrestre, engendrando concorrência desleal e a fuga ao fisco; e o défice no fornecimento de energia elétrica, entre outros.



A implementação do Plano Estratégico *Terra Ranka*, nomeadamente nas áreas produtiva e de infraestruturação, será uma oportunidade para um maior envolvimento do setor privado nacional no processo de transformação estrutural do país.

Propomos:

- Melhorar gradualmente o ambiente de negócios na Guiné-Bissau, com reflexos num melhor posicionamento do país no índice do *Doing Business* do Banco Mundial;
- Apoiar a capacitação do setor privado nacional, nomeadamente através do reforço institucional das suas organizações representativas;
- Promover o diálogo permanente com o setor privado, nomeada-

mente através da criação de um Fórum Permanente de Diálogo entre o governo e o setor privado;

- Rever e aprovar as leis das parcerias público-privadas;
- Simplificar os procedimentos, melhorar a eficiência e reduzir o tempo e os custos dos serviços alfandegários;
- Combater a evasão fiscal e a concorrência desleal;
- Apoiar o processo de migração das atividades do setor informal para o setor formal;
- Conceder apoios específicos às pequenas e médias empresas, sobretudo no domínio da industrialização e transformação de produtos locais (frutas, hortaliças);
- Instituir um centro de apoio a micros e pequenas empresas;
- Criar uma cadeia de valor para a produção e exportação de produtos, designadamente frutas e legumes orgânicos de alto valor e procura no mercado internacional;
- Criar unidades de conservação de produtos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e exportação;
- Estimular a participação da diáspora Guineense no financiamento de projetos no país.



EIXO 3

DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO E INFRA-ESTRUTURAÇÃO DO PAÍS

Para o PAI-Terra Ranka, o desenvolvimento do setor produtivo e a infraestrutura do país têm um papel preponderante na obtenção de ganhos de produtividade em todos os setores da economia da Guiné-Bissau, em particular no PIB e na criação de novos postos de trabalho. O desenvolvimento do setor produtivo nas suas várias vertentes é fundamental para que o país possa ter uma economia diversificada, que se apoiará em quatro motores de crescimento: a agricultura e a agro-indústria, as pescas, o turismo e as minas.

Agricultura, agro-indústria e pecuária

A agricultura e a agro-indústria continuarão a ser o principal motor de crescimento da nossa economia. A agricultura domina a economia, representando 69% do PIB, 85% dos em-

pregos diretos e 90% das receitas de exportação.

Apesar de dispor de uma vasta superfície de solo arável e de um clima propício à produção agrícola, somente 50% das terras cultiváveis são exploradas e a produtividade das terras é fraca. O setor agrícola é pouco diversificado e o caju representa metade das superfícies cultivadas. Praticamente toda a castanha é comercializada em bruto, sem qualquer valor acrescentado, não permitindo ao país beneficiar plenamente desta importante riqueza.

A produção do arroz, base da alimentação das populações, está muito longe de garantir a auto-suficiência alimentar. A insegurança alimentar afeta cerca de dois terços da população. A meta do presente Programa é desenvolver a produção do arroz, aumentar os rendimentos agrícolas e atingir a auto-suficiência alimentar no horizon-

te da legislatura.

Propomos, neste setor:

- Implementar o Plano Nacional de Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN);
- Aumentar gradualmente o Orçamento Geral do Estado para o setor da agricultura;
- Implementar a lei da terra e sua regulamentação;
- Desenvolver um quadro normativo e institucional que permita o desenvolvimento sustentável do setor da agricultura;
- Atualizar os estudos sobre potencialidades e uso de terras agrícolas (carta de vulnerabilidade climática e zonagem agroecológica);
- Promover um vasto programa de incentivo à produção de arroz, tendo em vista a redução substancial da importação, através da utilização e gestão de 20 000 hectares de terras aráveis;
- Reabilitar as terras degradadas e modernizar as práticas agrícolas, através da mecanização agrícola e o ordenamento hidroagrícola de 25 mil hectares até 2022 (10 mil hectares de bolarinas de água salgada, 12 mil hectares *bas-fonds* e 3 mil hectares de superfícies irrigadas);
- Reorganizar os sistemas de armazenamento e de distribuição de cereais;
- Concluir o estudo de viabilidade da Agência Nacional de Mecanização Agrícola e criar condições para a sua implementação;
- Promover a transformação local da castanha de caju, por meio de procedimentos com utilização de mão-de-obra intensiva, dando valor acrescentado ao produto e criando empregos;
- Modernizar as práticas agrícolas





das populações através da organização de cooperativas com apoio da mecanização agrícola, da utilização de insumos para aumento da produtividade e de atividades de extensão e formação aos produtores individuais, às cooperativas e às associações;

- Desenvolver a horticultura e apoiar a produção e a comercialização de produtos hortícolas, através da gestão de 500 hectares de perímetros hortícolas;
- Valorizar os produtos agrícolas não tradicionais e promover a sua transformação agro-industrial;
- Diversificar as culturas de exportação (caju, algodão, mancarra, raízes e tubérculos, frutas, legumes e outras);
- Promover o processamento local da castanha de caju para exportação;
- Atualizar o Inventário florestal, datado de 1985, para suplantar a grande incerteza existente sobre o estado atual da nossa floresta;
- Definir os domínios florestais (público, privado, comunitário, mata sagrada e outros) e as concessões florestais;
- Melhorar a gestão das terras, englobando as florestas comunitárias, associando as comunida-

des rurais diretamente na sua gestão;

- Atualizar o quadro normativo das florestas e caça;
- Reforçar a capacidade institucional do INPA e dotá-lo de recursos humanos capacitados nos domínios da pesquisa e experimentação;
- Reforçar a cooperação com as instituições de pesquisa a nível sub-regional, regional e internacional;
- Criar condições para o funcionamento pleno do laboratório nacional de sementes;
- Interditar a ocupação das zonas húmidas apropriadas para fins agrícolas;
- Disponibilizar áreas específicas para produção hortícola nas Regiões em função do potencial existente;
- Criar uma escola agrícola superior que englobará os três ramos do setor (Agricultura, Pecuária e Florestas).

Pecuária

A pecuária é um domínio pouco explorado. A criação bovina faz-se de modo tradicional, sem utilização de tecnologias modernas, e o país continua muito dependente da importação de carne para satisfazer a sua procura interna. Do mesmo modo, a produção avícola não satisfaz as necessi-

dades do mercado nacional.

No entanto, a Guiné-Bissau dispõe de um enorme potencial de produção (recursos de pastagens, terras férteis e água), propício ao desenvolvimento da pecuária.

Propomos:

- Estimular o investimento privado no setor, nomeadamente na construção de pequenas unidades de transformação, com vista ao aumento da produção;
- Redinamizar os serviços veterinários, principalmente nos domínios da pesquisa e da vulgarização;
- Adotar medidas de segurança física e económica dos criados;

res;

- Desenvolver infra-estruturas de abate, especialmente com a construção de um centro moderno de abate em Bissau.

Proteção fitossanitária

As estratégias de proteção fitossanitária têm uma importância crescente para a segurança alimentar da humanidade. As normas e medidas devem ser estabelecidas pelo Ministério da Agricultura para proteger a cadeia produtiva e evitar a contaminação e a disseminação dos inimigos das culturas no território nacional.

Propomos:

- Promover a proteção fitossanitária, dando ênfase à gestão integrada contra os organismos nocivos com vista a proteger o homem e o meio ambiente;
- Reforçar a capacidade técnica dos Serviços de Proteção Vegetal;
- Integrar um serviço de controlo de qualidade dos produtos vegetais no seio dos Serviços de Proteção Vegetal;
- Construir e equipar infra-estruturas (postos de controlo no porto, aeroporto e fronteiras terrestres) e reforçar as capacidades de controlo fitossanitário;
- Promover a renovação das copas dos cajueiros e o espaça-





mento entre as plantas (técnicas culturais) para minimizar a incidência do ataque dos seus organismos nocivos.



Pescas

O setor das pescas é o segundo motor de crescimento, com capacidade para proporcionar valor acrescentado à economia e gerar empregos. O país dispõe de uma vasta plataforma continental com uma rica variedade de recursos. No entanto, os benefícios que tira desses recursos são bastante limitados. As capturas oficiais representam menos de 30% do potencial explorável com base no rendimento máximo sustentável. A falta de infra-estruturas pesqueiras nos domínios da conservação, da transformação, da distribuição e da valorização do

pescado, a falta de infra-estruturas portuárias, bem como de uma frota nacional limitam a capacidade nacional de exploração adequada desses recursos.

As receitas com a emissão de licenças de pesca são insignificantes em relação às potencialidades pesqueiras do país. A pesca artesanal, potencial fonte de abastecimento do mercado nacional e de emprego para largas camadas da população, também está muito abaixo do seu potencial.

O objetivo no setor das pescas é, com base numa exploração sustentável dos recursos haliêuticos, criar as condições infra-estruturais e institucionais necessárias para o aumento significativo das capturas, bem como para o desembarque e a valorização local de grande parte dessas capturas, sempre na ótica de uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos.

Propomos:

- Promover a boa governação do setor das pescas, através do reforço e da adequação do quadro legal e institucional do setor, da melhoria do conhecimento sobre o estado dos recursos pesqueiros, do controlo das águas sob jurisdição nacional, do combate à pesca ilegal (com particular ênfase na zona costeira) e da criação de um ambiente favorável à exportação dos produtos pesqueiros;



- Realizar missões de fiscalização nas águas marítimas nacionais com permanência mínima de 90 dias;
- Garantir a exploração e gestão sustentáveis dos recursos haliêuticos, através da promoção da investigação científica, a preservação dos ecossistemas marinhos e o combate à pesca ilícita, não declarada e não regulamentada;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável das fileiras de pesca (captura, transformação e comercialização);
- Assegurar o abastecimento regular do mercado interno em pescado, no quadro da estratégia nacional de redução da pobreza e melhoria da segurança alimentar e nutricional, elevando o índice de consumo do pescado para 20 kg/hab/ano;
- Valorizar os recursos humanos do setor, através da execução de programas ou acções de capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento;
- Aprovar e implementar os dispositivos legais e regulamentares sobre o setor, com vista ao seu aperfeiçoamento, nomeadamente a Lei Geral das Pescas, os Regulamentos da Pesca Industrial e Artesanal, os Estatutos do Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA) e do Serviço Nacional de Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca (FISCAP);
- Elaborar e adoptar a regulamentação específica para a pesca continental, desportiva e a aquacultura;
- Rever o regime e condições de acesso aos recursos haliêuticos, aplicáveis aos navios afretados e às embarcações nacionais de pesca;
- Reforçar as capacidades institucionais dos serviços autónomos do Ministério das Pescas, nomeadamente, o CIPA, a FISCAP e a Administração dos Portos de Pesca, a fim de assegurar a sustentabilidade do setor;
- Lançar a construção de um porto de pesca industrial;
- Realizar campanhas regulares de investigação científica para o melhor conhecimento do estado dos recursos haliêuticos e dos respectivos ecossistemas;
- Colectar e tratar dados e informações sobre as capturas, compilar e divulgar os respectivos dados estatísticos, no âmbito da implementação do sistema nacional de informação sobre o setor;
- Elaborar Planos Anuais de Gestão dos Recursos Haliêuticos;
- Implementar medidas necessárias para a obtenção de autori-



zação (*National Agreement*) para a exportação do pescado;

- Assegurar as operações de rotina de fiscalização, controlo e vigilância das águas sob jurisdição nacional, visando o combate à pesca ilegal não declarada e não regulamentada;
- Implementar o sistema de gestão para os portos de pesca e polos de desenvolvimento estruturantes, baseado em parcerias público-privadas;
- Criar um ambiente atrativo e estável ao desenvolvimento do setor, através da implementação de programas e projetos;
- Recuperar e tornar funcional, na base de parcerias público-privadas, a extinta Estrela do Mar;
- Criar condições para a emergência de uma frota nacional de pesca;
- Promover e desenvolver aquacultura nacional.

Turismo

O turismo é o terceiro motor de crescimento da economia. Trata-se de um setor bastante subaproveitado, apesar das suas imensas potencialidades, decorrentes nomeadamente da beleza natural do país e da sua rica biodiversidade.

O destino turístico Guiné-Bissau é

praticamente desconhecido. Estima-se que o número anual de turistas que visitam a Guiné-Bissau represente menos de 1% dos turistas acolhidos na zona UEMOA. São vários os fatores que afetam o desenvolvimento do turismo nacional. Os dois principais fatores são o défice de imagem e o défice de infra-estruturas. A imagem negativa do país transmite um sentimento de insegurança aos turistas. Por outro lado, a falta de infra-estruturas de transporte e de acolhimento tornam o destino dispendioso.

O objetivo no setor do turismo é tornar o Arquipélago dos Bijagós um destino de ecoturismo mundialmente conhecido e criar as condições para o desenvolvimento de uma oferta turística de qualidade.



Assim, propomos:

- Rever e implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico;
- Rever e implementar o Código do Turismo para ter em conta as novas orientações de desenvolvimento do setor definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico;
- Fomentar a construção de infraestruturas e serviços de suporte para a oferta de um turismo de qualidade, com maior incidência no Arquipélago dos Bijagós (melhorias de aeródromos, construção de hospitais de referência, garantia de ligação marítima entre as ilhas e entre estas e a parte continental);
- Publicitar uma imagem positiva da Guiné-Bissau junto de potenciais mercados turísticos no estrangeiro;
- Tornar o Arquipélago dos Bijagós um destino ecoturístico mundialmente conhecido;
- Assegurar ligações nacionais com as zonas turísticas e ligações aéreas internacionais regulares entre a Guiné-Bissau e o resto do mundo;
- Produzir e disponibilizar informações cruciais aos turistas;
- Consolidar os mecanismos de segurança e de tratamento preferencial do turista;
- Promover o turismo nacional por forma a permitir que os Guineenses desfrutem das suas potencialidades turísticas e conheçam melhor o seu país;
- Criar a Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Guiné-Bissau;
- Promover programas radiofónicos e televisivos sobre o turismo.



Minas e Indústria

As minas representam o quarto motor de crescimento do país. A Guiné-Bissau dispõe de importantes riquezas mineiras. As mais importantes são a bauxite em Boé (118,7 milhões de toneladas), os fosfatos em Farim (105,6 milhões de toneladas) e a

areia pesada (1 milhão de toneladas). Vários estudos apontam para a probabilidade da existência de petróleo e de gás natural com valor comercial.

Ao contrário do que acontece nos países vizinhos, nenhuma mina importante está a ser explorada na Guiné-Bissau. No entanto, a exploração dos recursos mineiros teria um impacto importante para a economia do país. Estima-se que a extração da bauxite e do fosfato permitiria aumentar o PIB em 28%, os rendimentos fiscais em 125% e os rendimentos de exportação em 105%. A Guiné-Bissau deve abrir caminho à exploração mineira, começando com o fosfato, cuja exploração permitirá criar 10 000 empregos no setor.

No **setor mineiro**, propomos:

- Criar um quadro institucional favorável ao desenvolvimento do setor, através da revisão da legislação existente neste domínio e a capacitação institucional segundo padrões sub-regionais e internacionais;
- Proceder à revisão da legislação existente neste domínio, segundo padrões internacionais aceitáveis;
- Criar um quadro institucional favorável ao desenvolvimento do setor;
- Promover a exploração do fosfato, através nomeadamente da atração de entidades credíveis e

conhecedoras da atividade;

- Desenvolver atividades de mineração artesanal, nomeadamente no domínio de materiais de construção;
- Realizar um inventário de mineração e uma cartografia geológica da Guiné-Bissau;
- Continuar os esforços de prospeção de petróleo e de outros minérios potencialmente existentes no nosso subsolo, sempre com atenção à exploração sustentável e à proteção do equilíbrio ambiental;
- Incrementar a aquisição de dados geológicos e geofísicos tanto no offshore como no onshore do nosso país;
- Alargar a prospeção de hidrocarbonetos à parte continental;
- Promover a entrada da Guiné-Bissau na Iniciativa Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) em matéria de exploração mineira e de hidrocarbonetos;
- Criar um Fundo Nacional com recursos da exploração mineira para investir no desenvolvimento dos recursos humanos nacionais;
- Reforçar o âmbito promocional do setor de modo a captar investimentos concretos para alavancar a economia nacional;
- Reforçar a capacidade institucional no setor.

No domínio da Indústria e do Comércio, propomos:

- Elaborar o Plano Director para o Setor da Indústria;
- Elaborar a Carta de Política Nacional das Pequenas e Médias Empresas;
- Implementar um programa integrado de desenvolvimento industrial;
- Elaborar o Plano Estratégico de seguimento e de implementação de uma Zona de Livre Comércio Continental Africano (ZLECAF);
- Realizar o recenseamento industrial;
- Actualizar a legislação industrial;
- Aprovar o Programa Nacional de Reestruturação e de Elevação do Nível das Empresas Industriais;
- Criar o Instituto Nacional de Qualidade;
- Implementar unidades industriais que potenciem o desenvolvimento da cadeia de valor da castanha de caju;
- Coordenar, em colaboração com as demais instituições implicadas, a preparação das campanhas de comercialização da castanha de caju;
- Elaborar uma estratégia de reforço da competitividade da economia e do setor privado.

Programa de Infra-estruturação do País

A infra-estruturação do país é parte importante do processo de desenvolvimento. As infra-estruturas são fundamentais para libertar os quatro motores de crescimento da economia e acelerar o progresso social. Infra-estruturas de qualidade como a energia, as telecomunicações, portos e estradas, facilitam a atividade económica, reduzem os custos de transação, criam emprego e promovem a integração nacional e regional.

A Guiné-Bissau sofre de um enorme défice infra-estrutural, a começar pela energia, que dificulta o crescimento da sua economia. Estima-se que o défice infra-estrutural seja responsável pela perda de 1.5% do PIB anualmente. O país precisa implementar um vasto programa de desenvolvimento das infra-estruturas em todo o território, nos domínios da eletricidade, água e saneamento, estradas, mercados ou entrepostos comerciais e de distribuição de produtos locais, portos e aeroportos, desenvolvimento urbano e conectividade digital.

Propomos lançar um importante programa público, com uma crescente envolvente de parceria público-privada, de forma a dotar o país de infra-estruturas logísticas, energéticas, digitais e urbanas necessárias ao

seu desenvolvimento nas seguintes áreas:

Energia, Água e Saneamento

A situação da energia e água na Guiné-Bissau é crítica. O setor da energia é estruturalmente deficitário e pouco competitivo. A capacidade atual de produção pública é praticamente nula, sendo o país obrigado a recorrer a produtores privados independentes. Em Bissau, a produção total, assegurada por um produtor independente, é de 30 MW. Essa potência, para além de ser insuficiente para cobrir a procura nacional, esbarra na inexistência de uma rede de transporte e de distribuição de energia elétrica para abastecer todo o país a partir de Bissau.

O aprovisionamento de água potável, particularmente nos grandes centros urbanos, é extremamente aleatório. Apenas uma pequena parte dos habitantes está conectada à rede pública, devendo a maioria recorrer aos fontanários e aos poços públicos pouco salubres. Nas zonas rurais, onde vive a grande maioria da nossa população, 70% dos habitantes não tem acesso à água potável.

O saneamento básico é muito precário tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais. Apenas 33% da população urbana e 8% da população rural dispõem de serviços adequados

de saneamento.

Vamos trabalhar, através de investimentos e reformas no setor, no sentido de resolver definitivamente os problemas de produção e de distribuição de energia elétrica, da água e do saneamento básico às nossas populações.

Assim, propomos:

- Reformar o setor de eletricidade e água, mediante: (i) a atualização do quadro normativo e institucional do setor da eletricidade; e (ii) a reforma do quadro institucional e normativo do setor de águas urbanas e rurais;
- Prosseguir os esforços já iniciados com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento no sentido de aumentar substancialmente a produção de energia elétrica, e garantir o acesso a energia elétrica à grande maioria da nossa população no final da legislatura;
- Zelar pelo fornecimento de energia elétrica proveniente das infra-estruturas de produção da OMVG, nos termos dos acordos firmados e, ao mesmo tempo, zelar para que energias a serem importadas transitem na rede dessa Organização de que fazemos parte;
- Criar as condições necessárias



para que até ao final da legislatura, a EAGB-SA seja de facto uma Sociedade Anónima que interesse ao setor;

- Dar devida atenção ao programa de reabilitação e extensão da rede elétrica para garantir o maior rendimento ao sistema elétrico do país;
- Explorar a utilização de fontes alternativas de energia (amigas do ambiente), nomeadamente a energia hidroelétrica, solar e outras que poderão ser injetadas na Rede Elétrica Nacional. Nesse sentido, dinamizar o processo para avançar, finalmente, para a construção da barragem de Saltinho;
- Prosseguir e reforçar o programa de eletrificação do país a partir das quatro subestações da OMVG, bem como a eletrificação das zonas rurais descentralizadas;
- Atualizar e implementar o Plano Diretor de energia;
- Atualizar e implementar o Plano Diretor de Água e Saneamento;
- Aumentar a cobertura da utilização de água potável pelas populações de 40% atualmente para 60% em 2027 através de investimentos na produção e na rede de distribuição nas zonas urbanas e nos centros de produção agrícola.



Telecomunicações

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são um setor chave para o progresso e bem-estar de qualquer sociedade. Pelo papel que podem desempenhar no desenvolvimento socioeconómico, no processo de aquisição e difusão de conhecimento, bem como na inserção efetiva de cada país na comunidade das nações civilizadas, essas tecnologias têm merecido uma atenção particular dos governos em todas as partes do mundo. A Guiné-Bissau não é nem pode ser uma exceção.

A situação da Guiné-Bissau no que tange ao Índice de Desenvolvimento das TIC é bastante precária, apresentando carências e fragilidades que colocam o país numa situação de desvantagem comprometedoras tanto a nível interno como externo.

Entretanto, a Guiné-Bissau registou alguns avanços no setor das telecomunicações. Porém, esses avanços, sobretudo no domínio da telefonia móvel, não podem ocultar deficiências estruturais no setor, nomeadamente a necessidade de investir numa rede nacional de fibra ótica como promotor da eficiência das telecomunicações.

A passagem para a economia digital, essencial à transformação num país emergente, enfrenta desafios ligados ao défice de infra-estruturas de telecomunicações. A Guiné-Bissau vai precisar nos próximos tempos de uma

infra-estrutura moderna de telecomunicações a fim de tirar proveito dos avanços da economia digital.

Propomos neste domínio:

- Adotar um novo quadro legal do setor;
- Promover o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços de banda larga, através, entre outros, da diversificação do acesso à capacidade internacional de FO, construção de IxP e backbone nacional, reestruturação da Empresa Guiné Cabo e das operadoras nacionais e adoção de políticas de incentivos fiscais às TICs;



- Melhorar e facilitar a ligação direta a um cabo submarino de fibra óptica do ACE para acesso internacional ao serviço de internet;
- Promover a Governação Eletrónica (*e-government*);
- Implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento das TIC como instrumento orientador da ação do governo e dos demais atores (setor privado, universidades, ONGs, etc.);
- Promover o desenvolvimento de uma Infra-estrutura Nacional de Comunicação (trata-se da conceção e implementação de um “backbone” nacional);
- Assegurar a transição analógica/digital da televisão terrestre;
- Promover o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, mediante a definição de um quadro jurídico adequado às exigências da liberalização e da concorrência;
- Promover e dar ênfase ao papel das tecnologias de informação e comunicação como instrumento fundamental do desenvolvimento económico e social;
- Criar condições favoráveis à emergência e desenvolvimento de um setor concorrencial das telecomunicações e facilitar o acesso aos serviços de telecomunicações a melhores preços;
- Promover a modernização dos serviços de telecomunicações para uma maior cobertura e eficiência dos serviços móveis, fixos e de internet;
- Melhorar a cobertura da rede telefónica móvel e a sua respetiva taxa de utilização, bem como serviço de internet a nível nacional;
- Abrir o capital das empresas Guinetelecom, Guinetel e Correios da Guiné Bissau à participação de capitais privados para o relançamento das suas atividades.
- Promover a modernização dos





serviços de telecomunicações para uma maior cobertura e eficiência dos serviços móveis, fixos e de internet, nomeadamente por meio da utilização de fibra ótica;

- Melhorar a cobertura da rede telefónica móvel e a sua respetiva taxa de utilização, bem como a taxa de utilização da internet a nível nacional;
- Aumentar a taxa de penetração geográfica e populacional dos serviços de telecomunicações.

Estradas e Pontes

As atuais infra-estruturas de transporte da Guiné-Bissau não permitem valorizar o vasto potencial económico do país. A rede rodoviária é pouco densa. Apenas 28% das estradas são asfaltadas, num total de cerca de 3 500 km.

No entanto, a rede atual, especialmente a rede secundária e rural, está consideravelmente deteriorada, como resultado de uma insuficiente manutenção e da frequente sobrecarga nos eixos. Esta deterioração é particularmente marcante no sul do país, tornando difícil o acesso durante a época das chuvas e dificultando o transporte da produção agrícola das zonas de forte produção (Quinara, Tombali) para as zonas de consumo e de exportação (principalmente Bissau). Algumas pistas foram reabilitadas, sobretudo no sul do país no quadro de projetos, financiados pela EU e FIDA, mas sem que haja uma definição de uma política de conservação dessas pistas rurais.

Para o desenvolvimento de uma rede moderna de transporte multimodal, propomos:

- Aumentar a rede de estradas primárias com a construção de 1 000 kms de novas estradas asfaltadas, cobrindo principalmente zonas críticas (construção das estradas Buba-Fulacunda–Tite–



Enxudé–Nova Sintra–São João; São Domingos–Varela, estradas que ligam a Guiné-Bissau com os países vizinhos, no quadro da integração regional e aquelas que ligam com as capitais regionais, etc.);

- Reabilitar e alargar as estradas nacionais (n. 1 e n. 2);
- Reabilitar 500 kms de pistas rurais, principalmente em zonas de grande produção, com a aplicação de mão-de-obra intensiva (HIMO);
- Lançar um programa para a



construção de algumas pontes estratégicas para facilitar a comunicação entre as diferentes áreas do país, tais como a ponte sobre o Rio Cacheu em Farim e a ponte sobre o Rio Corubal para ligação entre Gabú e Tchetché;

- Reforçar o programa de manutenção das estradas classificadas, através do Fundo Rodoviário;
- Definir uma política de gestão e de manutenção das pistas rurais e implementar um projeto piloto de manutenção das pistas;
- Adquirir novas embarcações (barcaças) para as travessias de Cubumba, São João/Bolama, Bissau/Enxudé e Tchetché/Fulamori;
- Construir duas terminais rodoviárias em Bissau (capacidade para 30 a 50 autocarros e 9 000 passageiros por dia);
- Construir 10 terminais de passageiros no interior do país (Prábis, Quinhamel, Bafatá, Gabu, Catió, Buba, Canchungo, Bula, Mansoa e Bissorã);
- Construir postos de pesagem estática e de controlo de veículos em Safim e na fronteira com o Senegal, em Npack, de forma a aplicar o regulamento 14/2005/CM/UEMOA relativo à harmonização das normas e dos procedimentos do controlo de gabari-

to, do peso, e da carga por eixo dos veículos pesados de transporte de mercadorias nos estados membros da UEMOA.

Portos e Aeroportos

A situação das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias do país deixa muito a desejar. O Porto de Bissau, principal porto comercial do país, sofre de disfuncionalidades de várias ordens, algumas por falta de investimentos apropriados, outras por uma gestão deficiente. O acesso ao porto é dificultado pelo assoreamento e pela degradação da balizagem e da sinalização do canal do Geba. Os custos das operações portuárias em Bissau estão entre os mais altos da sub-região e a qualidade dos serviços prestados é deficitária. Por outro lado, o Porto de Buba, com elevado potencial de viabilidade, ainda está por construir.

No domínio aeroportuário, há a necessidade de dotar o país de infra-estruturas favoráveis ao desenvolvimento do setor aeronáutico a nível interno e externo.

A Guiné-Bissau dispõe de um único aeroporto internacional que funciona com tráfego de passageiros e cargas abaixo das suas capacidades, apesar de este aeroporto precisar de trabalhos de reabilitação e de melhoria dos seus serviços. Existem no interior do país alguns aeródromos inoperativos

com elevados índices de degradação, precisando igualmente de trabalhos de reabilitação.

Assim, propomos:

- Desenvolver o Plano Nacional das Infra-estruturas Portuárias e Aeroportuárias,
- Realizar os trabalhos de reabilitação do canal do Geba (dragagem, balizagem e sinalização) essenciais à melhoria dos serviços portuários;
- Realizar os trabalhos de reabilitação e extensão do porto de Bissau (aumento de cais de atracagem e parque de estacionamento de contentores);
- Melhorar a eficiência dos serviços de handling do porto de Bissau a fim de diminuir o tempo de espera dos navios;
- Mobilizar recursos para a construção do porto de Pikil, no quadro da expansão da atividade portuária comercial;
- Reabilitar e classificar os demais portos existentes a nível nacional;
- Mobilizar recursos para a construção do porto de Buba, com dimensão e valências à escala internacional;
- Criar um quadro legal favorável à promoção de uma rede de cabotagem nacional e internacional;



- Melhorar os serviços de controlo e de fiscalização marítima;
- Reabilitar e expandir as infra-estruturas do Aeroporto Internacional de Bissau;
- Reabilitar os aeródromos nacionais.

Desenvolvimento Urbano

As infra-estruturas urbanas da Guiné-Bissau são estruturalmente insuficientes e precárias. À medida que o êxodo rural se intensifica e a população de Bissau aumenta, a capital e os principais centros urbanos continuam a carecer de equipamentos funcionais e as infra-estruturas existentes carecem de uma adequada manutenção.

As praças, os jardins e os monumentos que outrora constituíam um património cultural do país desaparecem progressivamente, substituídos por construções modernas, por vezes conflituantes com a estética do património urbano que se pretende valorizar.

O planeamento do desenvolvimento das cidades, a classificação do património imobiliário em monumentos históricos, a construção de redes de infra-estruturas urbanas e o convite ao investimento serão os principais pilares da política de urbanização.

Para fomentar o desenvolvimento urbano, propomos:

- Promover o reforço institucional do setor de urbanização e da habitação;
- Criar um quadro legal favorável à promoção imobiliária e gestão dos patrimónios de Estado;
- Criar um programa de urgência para o desenvolvimento integral do Arquipélago dos Bijagós;
- Elaborar e implementar esquemas diretores de gestão dos centros urbanos, sendo os prioritários nesta primeira fase Bissau, Cacheu, Bolama, Bafatá, Gabu e Buba;
- Incluir nos Planos Diretores das principais cidades costeiras a construção de marginais e de zonas de lazer;
- Promover a construção de habitação social, incentivando a autoconstrução assistida como método mais eficaz para a solução dos problemas de habitação do país, reforçando para o efeito o recurso às opções tecnológicas mais apropriadas e privilegiando a utilização massiva dos materiais de construção locais;
- Adotar medidas de controlo de expansão de assentamento populacional face aos perímetros urbanos como medida de controlo de défice de infra-estruturas urbana.



EIXO 4

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS CIDADÃOS

A Guiné-Bissau continua a apresentar indicadores preocupantes em matéria de desenvolvimento humano, fazendo parte dos dez países do mundo com os piores índices de desenvolvimento humano. Os indicadores relativos à mortalidade materna são assustadores (cerca de 560 óbitos por cada 100.000 nascimentos) e a situação sanitária bastante preocupante. Os níveis de analfabetismo são elevados, sobretudo entre as mulheres, e as condições de vida das populações são bastante precárias, com uma enorme prevalência da pobreza.

Neste eixo são apresentadas as principais propostas do PAI-Terra Ranka para a próxima legislatura no plano da melhoria do capital humano do país, com ênfase nas áreas da educação, saúde, segurança social, cultura, habitação social e desporto.

Educação

A educação constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento social. A massificação dos conhecimentos técnicos e científicos influi de forma decisiva nos processos de construção de uma sociedade mais justa, esclarecida e com melhor capacidade de resposta aos desafios da modernidade. O capital humano é o nosso principal recurso, pelo que o investimento na educação deverá ser encarado de forma estratégica.

O nosso setor educativo, entre vários problemas, é disfuncional, tem falta de qualidade, é desigual em termos de oferta e não apresenta processos sistemáticos de controlo, avaliação e supervisão. A ausência efetiva destes elementos tem resultado no enfraquecimento progressivo da qualidade do



ensino e na consequente redução da nossa capacidade competitiva nas mais diversas áreas do conhecimento.

Para a educação, propomos:

- Rever a lei de bases do setor educativo, mediante uma ampla discussão nacional, de modo a adequá-la aos desafios e exigências da actualidade;
- Até ao final da legislatura, elevar para 15% o orçamento total do Estado para a Educação e para 25% o orçamento corrente, de modo a acelerar o alcance da escolaridade primária universal em 2027;
- Alargar a oferta educativa do ensino público, aumentando o número de escolas do ensino básico com ciclo completo e de

liceus. Nesse âmbito, construir: 38 complexos escolares (do pré-escolar ao 9º ano de escolaridade); 8 liceus regionais e 8 escolas de formação técnico-profissional (uma em cada região);

- Despolitizar o sistema através de concursos públicos para os postos de Direção Regional e Direção de Escolas;
- Implementar um sistema de formação em serviço para todos os diretores de escolas, inspectores, professores e educadores que já se encontram a operar no sistema educativo;
- Implementar um sistema de governação electrónica no sistema educativo e informatizar gradualmente as estruturas educativas (ligação em rede);
- Proceder à revisão curricular no ensino básico, assegurando, nomeadamente, a inclusão de conteúdos de história do nosso país nos manuais escolares;
- Garantir a paridade rapazes/raparigas em termos de frequência do ensino básico e diminuir a disparidade no ensino secundário;
- Alargar o Programa da Cantina Escolar a todas as escolas públicas do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico;
- Converter as escolas corânicas



- em madrassas;
- Conceber e instituir um programa de alfabetização à escala nacional;
 - Conceber e instituir a nível nacional um Programa para alunos com necessidades educativas especiais;
 - Acompanhar e avaliar o impacto das políticas educativas, sobretudo através da implementação de provas de aferição aos alunos do ensino básico e secundário;
 - Implementar um sistema de avaliação de desempenho para todos os atores educativos através de modelos de gestão baseados nos resultados;
 - Reforçar a capacidade operativa da Direcção-Geral do Ensino e da Inspecção Geral da Educação;
 - Criar um Instituto Nacional de Bolsas de Estudo para coordenar e desenvolver parcerias no domínio da atribuição de bolsas de estudo e atualizar o regulamento de atribuição de bolsas de estudo;
 - Alargar a Universidade Amílcar Cabral com a criação de três campus universitários (uma por Província), equipados com laboratórios e tecnologias de informação e comunicação;
 - Criar o Instituto Politécnico da

Guiné-Bissau (IPGB) com as seguintes escolas superiores:

- ◆ Escola Superior de Engenharia
- ◆ Escola Superior de Petróleo e Minas;
- ◆ Escola Superior de Educação;
- ◆ Escola Superior de Ciências Agrárias e Pescas;
- ◆ Escola Superior do Ambiente e Turismo;
- ◆ Escola Superior de Artes.
- Promover a criação de uma estrutura de apoio aos estudantes mais carenciados;
- Promover a investigação científica através da criação de um Fundo para o Desenvolvimento Científico e da atribuição de bolsas para investigação científica aplicada;
- Criar um Programa de investigação científica e de formação de investigadores.

Saúde

O setor da saúde da Guiné-Bissau é extremamente precário. O acesso das populações a um serviço de saúde de qualidade é bastante limitado, resultando em elevados índices de mortalidade geral da população e da mortalidade infantil e infanto-juvenil.

A taxa de prevalência do VIH/SIDA (2,5% em 2022) ainda é preocupante. Constata-se igualmente um aumento da prevalência de doenças não trans-

missíveis no seio das populações (diabetes, hipertensão arterial, etc.) que constituem uma preocupação crescente dos serviços de saúde pública.

Paralelamente, as doenças endémicas como a malária continuam a apresentar taxas de incidência e de mortalidade bastante elevadas. Esta situação obriga a um aumento do esforço contributivo das fontes domésticas nos programas de controlo e eliminação da doença levados a cabo pelos nossos parceiros de desenvolvimento na área da saúde.

Para fazer face aos desafios da saúde, a Guiné-Bissau precisa de um sistema de saúde verdadeiramente funcional, que tenha critérios de qualidade bem definidos e metas concretas a atingir. Esse sistema de saúde terá impactos consideráveis no acesso e

na qualidade dos cuidados de saúde prestados à população e na prevenção de doenças que colocam em causa a saúde pública.

Para melhorar o sistema de saúde, propomos:

- Garantir o acesso universal das populações a um serviço de saúde de qualidade, através da criação de uma rede de centros de saúde e da adopção do sistema de médicos de família;
- Consagrar anualmente 10% do orçamento total do Estado e 15% do orçamento corrente ao setor da saúde;
- Dar prioridade absoluta à redução da mortalidade infantil e materna através da melhoria da formação de quadros e das condições de assistência aos partos;





- Melhorar os serviços de saúde reprodutiva, assegurando o aumento das consultas pré-natais das grávidas e da proporção de partos realizados por pessoal qualificado;
- Alargar a licença de maternidade e criar incentivos às grávidas para o atendimento de consultas pré-natais e de controlos necessários da maternidade;
- Reforçar o Programa Nacional de Vacinação, utilizando fundos internos e externos (nomeadamente do GAVI), e assegurar a cobertura vacinal universal para as principais enfermidades;
- Assegurar que cada região tenha um médico de saúde pública (que poderá ser o Delegado de Saúde) que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade da vigilância epidemiológica;
- Promover programas de controlo e combate à malária, VIH/SIDA, cólera e outras doenças infecciosas, bem como de doenças não transmissíveis como hipertensão arterial e diabetes;
- Criar uma autoridade do medicamento e garantir a qualidade dos medicamentos comercializados no país;
- Trabalhar para que até ao final da legislatura possa existir um centro funcional de hemodiálise, permitindo o tratamento no país de insuficientes renais crónicas;
- Promover a criação de um sistema nacional de emergência médica;
- Criar um Instituto Nacional do Sangue;
- Promover, em colaboração com as ordens profissionais do setor, acções de formação contínua que permitam uma actualização constante dos profissionais e a criação de um processo de avaliação para progressão nas carreiras;
- Adoptar incentivos para a colocação de pessoal de saúde em áreas rurais, remotas e desfavorecidas;
- Promover visitas de trabalho periódicas ao país de médicos e outros quadros Guineenses da área da saúde que trabalham no exterior;
- Criar, nos diferentes hospitais do país, salas de telemedicina que permitam a discussão de casos clínicos com médicos no estrangeiro, ajudando, nomeadamente, na interpretação de exames complementares de diagnóstico;
- Construir e equipar um Centro Hospitalar Especializado da Guiné-Bissau (CHEGUIB) para atendimento e resolução de casos mais complexos, reduzindo significativamente as evacua-



ções médicas para o estrangeiro;

- Transformar o Laboratório Nacional de Saúde num verdadeiro laboratório de referência com padrões internacionais;
- Instalar uma Comissão da Junta Médica Nacional com mecanismos e processos de trabalho revistos, simplificados e modernizados, com vista a promover a justiça social na atribuição de juntas médicas;
- Estabelecer um mecanismo regular e eficaz de coordenação das atividades do setor da saúde, envolvendo os parceiros nacionais e internacionais, com o objectivo de maximizar a utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais e acelerar a implementação das atividades.

Proteção Social

A Guiné-Bissau não dispõe de um mecanismo moderno de proteção social que assegure o acesso de todos os cidadãos a um sistema de saúde de qualidade, e proteja os mais vulneráveis contra os efeitos de choque. De entre os grupos mais vulneráveis das nossas populações estão as mulheres, vítimas quotidianas de várias formas de abuso.

A proteção de segmentos sociais vulneráveis deverá constar, de forma inequívoca, na agenda das políticas

públicas. A dignificação de todos os segmentos da população potencia a coesão social e, conseqüentemente, a integração e a participação nos processos de desenvolvimento.

Neste domínio, propomos:

- Lançar um programa-piloto de atribuição condicional de subsídios monetários às populações mais pobres do país (bolsa-família);
- Reforçar a capacidade institucional do Instituto da Mulher e Criança, assegurando a sua representação em todas as regiões;
- Combater o casamento precoce das raparigas;
- Eliminar a mutilação genital feminina;
- Combater o fenómeno do trabalho infantil e das crianças mendigas;
- Reforçar os programas públicos de apoio às pessoas portadoras de deficiência;
- Assegurar assistência médica, medicamentosa e evacuação das pessoas vulneráveis;
- Realizar acções de resgate nas fronteiras, assistência e reinserção de crianças talibés nas suas famílias;
- Prestar apoios específicos para a recuperação de casas destruídas por tempestades ou incêndios;
- Em coordenação com MEF, fixar

em 10 000 CFA mensal a pensão das pessoas com deficiência, incluindo os albinos.

Juventude

Compreender a Juventude enquanto fenómeno multidimensional é entender que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil. Trata-se de uma fase da vida em que o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; é um momento em que passa por diversas transformações biológicas e psicológicas e em que o contexto económico e social no qual está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade.

A juventude guineense representa cerca de 67% da população em idade produtiva e representa mais de 50% de toda a população desempregada na Guiné-Bissau. Por forma a superar esta elevada taxa de desemprego entre os jovens e a disparidade nas qualificações, a implementação de políticas públicas bem direcionadas para a juventude, particularmente nas áreas da educação, formação e emprego, podem resultar em ganhos importantes em termos de dividendo demográfico e de produtividade futura da Guiné-Bissau.

Para a área da **juventude**, propomos:

- Instituir o ensino superior tendencialmente gratuito e inclusivo



para todos os jovens;

- Criar programas de estágio profissional;
- Instituir a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude;
- Estabelecer o fundo de fomento ao empreendedorismo juvenil;
- Instituir o programa de apoio ao agronegócio para a juventude;
- Criar Centros Multifuncionais da Juventude e Casas da Juventude em todas as regiões do país;
- Dinamizar a Agência Nacional do Emprego (Empreendedorismo Jovem);
- Criar cooperativas agrícolas e de pesca para jovens em todas as regiões do país;



- Apoiar a realização anual das Universidades Abertas da Juventude;
- Realizar anualmente o festival da juventude;
- Criar o estatuto de Jovem Trabalhador;
- Instituir o modelo de Cartão Jovem e regulamentar o associativismo juvenil;
- Divulgar e implementar o Plano Nacional da Juventude;
- Promover programas de incentivo ao voluntariado;
- Instituir o Programa de Habitação Jovem;
- Financiar a Política Nacional da Juventude.

Habitação Social

As condições habitacionais constituem um fator essencial para a boa qualidade de vida dos indivíduos. Uma habitação condigna proporciona tranquilidade, influencia positivamente o bem-estar físico e espiritual e os níveis de saúde dos seus ocupantes. No nosso país, a maioria das pessoas vive em habitações precárias. Conscientes de que os problemas habitacionais levam tempo a resolver, iremos encorajar, em parceria com o setor privado, um programa gradual de construção de habitação social.

Especificamente, propomos:

- Criar um Fundo de Fomento Habitacional;
- Incentivar o desenvolvimento, por parte do setor privado, de programas de habitação para atender às necessidades dos diferentes segmentos da população;
- Propor soluções de financiamento a longo prazo para a habitação social, a fim de facilitar o acesso à habitação de algumas camadas da população com rendimentos médio e baixo;
- Disponibilizar habitação social para 2 000 famílias, através de um sistema de mutualidade;
- Prestar particular atenção ao apoio à habitação aos combatentes da liberdade da Pátria ou suas viúvas.



Cultura

A Guiné-Bissau tem um potencial cultural enorme devido à sua diversidade étnica e riqueza histórica. O desenvolvimento cultural potencia o encontro dos vários grupos com as suas idiosincrasias e reforça os sentimentos de pertença à Nação Guineense.

A cultura representa um fator de desenvolvimento humano e, quando enquadrada em processos de economia criativa, configura-se como um domínio produtivo a ser rentabilizado.

Considerando a importância da cultura para o desenvolvimento humano, propomos:

- Elaborar uma política nacional da cultura, baseada em abordagens inovadoras que enquadrem os capitais culturais numa dinâmica de economia criativa sustentável;
- Criar centros culturais enquanto estruturas multifuncionais distribuídas pelas regiões, equipadas com bibliotecas, ludotecas e salas TIC;
- Aprovar e/ou implementar a Lei

do Mecenato, a Lei do Direito do Autor, a Lei do Combate à Pirataria e a Lei do Património Cultural;

- Promover a valorização da escultura e do artesanato local;
- Criar uma escola de artes;
- Criar centros de artes e ofícios nas regiões;
- Construir uma biblioteca nacional e uma rede de bibliotecas regionais;
- Construir um palácio da cultura em Bissau;
- Construir o museu dos combatentes da liberdade da Pátria;
- Recuperar a sede do INCA e o “Salão do III Congresso”;
- Lançar um programa de renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau (como por exemplo Bolama);
- Estimular a produção cinematográfica e audiovisual nacional;
- Organizar anualmente uma semana da cultura, reunindo o conjunto de povos e grupos culturais da Guiné-Bissau para promover as culturas locais e apoiar a criação cultural;
- Criar um programa de subvenções que financiará pelo menos três projetos culturais inovadores por ano.



Desporto

O desporto é um domínio estratégico de desenvolvimento humano. Para além do impacto ao nível da saúde pública, viabiliza também sentimentos coletivos de identificação e de pertença. A promoção e a valorização do desporto, perspetivada numa lógica estratégica e humanista, criam efeitos estruturantes ao nível da coesão social e do desenvolvimento económico. No domínio do desporto, o objetivo será incentivar a prática desportiva e o esplendor do desporto Guineense a nível nacional e internacional. Para o efeito, propomos:

- Elaborar uma política nacional do desporto que enquadre o desporto numa dinâmica de valorização social e económica;
- Criar o Instituto Nacional do Desporto com tutela sobre todos os aspectos relacionados com o desenvolvimento desportivo e dotá-lo de instalações adequadas;
- Regulamentar a política desportiva através da adopção da Lei

de base da atividade física e do desporto e de outros documentos normativos;

- Reforçar as infra-estruturas desportivas (campos de jogo, estádios) em todas as localidades do país;
- Criar praças desportivas;
- Promover e incentivar a prática da atividade desportiva, sobretudo pelos jovens, dando azo ao lema 'corpo são, espírito são';
- Promover e incentivar o desporto integral para deficientes motores;
- Criar o museu do desporto;
- Apoiar a melhoria dos campos onde são disputados os campeonatos defesos nos bairros e nas regiões;
- Apoiar as estruturas nacionais a organizarem competições desportivas em várias modalidades desportivas, incluindo os campeonatos defesos;
- Atribuir bolsas para atletas de alto rendimento desportivo;
- Apoiar a participação da Guiné-Bissau em competições desportivas internacionais e em particular as Africanas;
- Promover a formação de gestores do desporto, treinadores e árbitros;
- Criar o Fundo de Fomento das atividades desportivas;
- Criar um programa público que financiará pelo menos três projetos desportivos por ano.



EIXO 5

REDINAMIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIÁSPORA

O principal objetivo da política externa será o de reabilitar a imagem da Guiné-Bissau no exterior e assegurar a progressiva credibilização do país, procurando atrair investidores estrangeiros e voltando a captar a atenção dos tradicionais parceiros de desenvolvimento. A nossa política externa visará, entre outros, o resgate dos compromissos de Bruxelas, permitindo assim o desembolso e a alocação dos recursos para o início da implementação do Plano Estratégico e Operacional *Terra Ranka*.

A redinamização da política externa e da integração regional passará, igualmente, pela melhoria das relações de amizade e de cooperação com os nossos vizinhos, no quadro das organizações regionais e sub-regionais (CEDEAO e UEMOA), bem como o

reforço do papel da Guiné Bissau no esforço regional e continental de promoção da democracia, dos direitos humanos e da paz e segurança no mundo.

Finalmente, a política externa deverá velar pelo bem-estar das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, valorizando a sua condição de cidadãos Guineenses de pleno direito e incentivando a sua participação no desenvolvimento económico, social e cultural do país. O objectivo é estabelecer uma sinergia dinâmica entre o Estado da Guiné-Bissau e a nossa diáspora, visando a sua participação no desenvolvimento económico e social, nomeadamente através do financiamento de projetos de desenvolvimento.

Diplomacia e Cooperação Internacional

Na área da **Diplomacia**, propomos:

- Promover uma diplomacia virada para o desenvolvimento;
- Dinamizar os serviços diplomáticos e consulares, internos e externos, de modo a contribuir para a mudança da imagem do país;
- Reforçar o quadro das nossas relações bilaterais e multilaterais com os nossos parceiros estratégicos, tendo em vista a dimensão externa do interesse nacional;
- Incentivar e promover o investimento estrangeiro;
- Dar atenção prioritária à nossa atuação no âmbito das Nações Unidas, particularmente na Comissão de Consolidação da Paz (PBC) – Configuração Específica para Guiné-Bissau;
- Rever os pressupostos de adesão à carreira diplomática e consular.

Na área da **Cooperação Internacional**, propomos:

- Elaborar a Política e a Estratégia Nacional de Cooperação;
- Estabelecer um diálogo com os parceiros de desenvolvimento com base no Plano Estratégico

e Operacional *Terra Ranka*, a fim de recuperar as promessas da Mesa Redonda;

- Redinamizar a estrutura de coordenação das intervenções dos Atores Não Estatais e garantir o uso eficaz da ajuda pública ao desenvolvimento através do Instituto de Coordenação da Ajuda Não-Governamental;
- Instituir a celebração anual do “Dia do Desenvolvimento” enquanto espaço de concertação e diálogo com todos os atores e agências de promoção de desenvolvimento que intervêm na Guiné-Bissau no âmbito da cooperação internacional;
- Incentivar e incrementar iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular no âmbito da CEDEAO/CPLP e Agências Internacionais;
- Apoiar as ações das Associações Empresariais e dos agentes económicos nacionais no estrangeiro;
- Coordenar as intervenções e garantir o uso eficaz da ajuda externa;
- Adotar uma diplomacia económica mais estruturada e proativa com o propósito de atrair mais e melhor investimento externo para o país;
- Reforçar contactos bilaterais com os países emergentes –

sudeste asiático, médio oriente, países nórdicos, Canadá e os G20;

- Criar o Instituto Diplomático, como centro de formação e *think-tank* aberto em matéria de política externa, em parceria com as universidades e centros de especialização nos domínios de relações internacionais;
- Conceber, promover e implementar, uma política de colocação e enquadramento de quadros Guineenses, incluindo os da Diáspora, nos órgãos e estruturas das principais organizações sub-regionais, regionais e internacionais.

Integração Regional, Sub-regional e Diáspora

Na área da **Integração Regional e Sub-Regional**, propomos:

- Criar mecanismos de promoção e acompanhamento dos processos de integração regional tanto a nível político e económico, como da cooperação multilateral, em coordenação com as instituições nacionais competentes;
- Reforçar as relações e parcerias com as organizações regionais e sub-regionais, nomeadamente a UEMOA, a CEDEAO e a União Africana;
- Criar condições mais propícias

para uma integração regional e sub-regional efetivaefetiva;

- Criar mecanismos de seguimento dos parceiros da sub-região e trabalhar para consolidar os laços de cooperação;
- Coordenar esforços com os países da sub-região e os parceiros internacionais na luta contra o crime organizado, o tráfico internacional de droga e o branqueamento de capitais, através de controlos transfronteiriços.

No que respeita à **Diáspora Guineense**, propomos:

- Reconstruir a confiança entre o Estado e a diáspora, envolvendo as instituições públicas na melhoria das condições de vida dos emigrantes e facilitando a reintegração dos que desejarem regressar ao seu país de origem;
- Dar maior atenção à nossa diáspora e criar condições para servir melhor os emigrantes Guineenses no exterior, assegurando a sua efetiva participação no processo de desenvolvimento do país;
- Instituir e promover a iniciativa «Encontro das Comunidades Guineenses» a 24 de Setembro de cada ano com a participação de entidades, empresas e personalidades de relevância junto das comunidades guineenses;

- Criar o «Observatório da Migração» e dotá-lo de capacidade operacional, assegurando a elaboração de contributos para o Relatório Anual sobre Emigração;
- Realizar um inquérito sobre a emigração com vista a actualizar os dados estatísticos sobre o número de cidadãos guineenses residentes no estrangeiro, bem como os fluxos migratórios nacionais e internacionais;
- Restaurar e reconfigurar o funcionamento do «Instituto de Apoio ao Migrante» e incrementar o apoio às iniciativas GAE - Gabinetes de Apoio ao Emigrante e à sua acção conjunta com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora - GAID na área do empreendedorismo e da promoção das potencialidades económicas locais e do desenvolvimento regional junto das Comunidades Guineenses;
- Estimular os fluxos económicos provenientes da diáspora e o aumento das remessas dos emigrantes, através de uma legislação específica sobre o Investidor Emigrante e de medidas de simplificação, em colaboração com entidades competentes, dos procedimentos administrativos e alfandegários em relação aos emigrantes, reduzindo os custos, a burocracia e o tempo de espera;
- Promover uma política de conservação e valorização cultural na Diáspora, através de conteúdos da comunicação social, do ensino, das tecnologias de informação e de telecomunicação, do apoio ao associativismo e de parcerias para a realização de eventos culturais e de integração da comunidade Guineense nos países de acolhimento;
- Organizar anualmente na Guiné-Bissau uma semana dedicada à diáspora para debate e sensibilização sobre todos os aspetos relacionados com a situação dos nossos emigrantes.





EIXO 6

PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CAPITAL NATURAL

A biodiversidade constitui um eixo transversal a todo o Programa Eleitoral do PAIGC. Contudo, dada a sua importância, ela é apresentada como um eixo independente, de modo a encorajar a promoção de políticas públicas que visem tirar vantagem da nossa biodiversidade e assegurar a sua preservação como fator crucial para um desenvolvimento sustentável que beneficie as gerações futuras.

Apesar da sua reduzida superfície, a Guiné-Bissau representa uma exceção ecológica na África Ocidental. O país dispõe de um rico ecossistema que merece ser preservado. A sua cobertura florestal serve de fronteira entre o Sahel e a floresta tropical húmida da África Ocidental. O seu território é ao mesmo tempo continental e insular. O Arquipélago dos Bijagós é reserva da biosfera reconhecida pela UNESCO. A sua vasta zona de man-

gal que cobre todo o seu litoral é um lugar de reprodução privilegiado das espécies pelágicas do conjunto do Golfo da Guiné. As áreas protegidas cobrem 26% do território e representam um modelo exemplar de gestão ambiental sustentável.

Entretanto, o país depende fortemente da exploração dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas para o seu desenvolvimento económico e a redução da pobreza da sua população.

Nos últimos anos, a pressão sobre o capital natural tem vindo a crescer devido não só aos fatores naturais (mudanças climáticas), mas sobretudo às atividades antrópicas ligadas ao mercado e à sobrevivência das comunidades (alimentação, energia doméstica, habitação, etc.) De igual modo, os investimentos no setor mineiro e a



programação da infra-estruturação do país, se não forem devidamente acautelados, podem trazer consequências nefastas para o meio ambiente.

Por isso mesmo, adotaremos políticas sustentáveis de desenvolvimento e de preservação da nossa biodiversidade em benefício das gerações presentes e vindouras.

Assim, propomos:

Política sustentável de desenvolvimento

- Realizar a zonagem agrogeológica para apoiar as decisões de planeamento, de desenvolvimento e de uso racional do território nacional;
- Zelar pela implementação efetiva da legislação existente em matéria de proteção ambiental, nomeadamente a lei de base do

ambiente, a lei da avaliação ambiental, a lei-quadro das áreas protegidas e a lei florestal, bem como dos diferentes regulamentos e planos de ação existentes;

- Garantir a proteção eficaz do meio ambiente, através da adoção de um dispositivo institucional que permita a dissuasão, a tributação, o controlo e a responsabilização eficaz de atos ilícitos no território terrestre e marítimo;
- Assegurar que os projetos de desenvolvimento sejam desenvolvidos com base em políticas ecologicamente racionais;
- Zelar pela elevação da consciência pública, através da educação ambiental;
- Assegurar a implementação e o seguimento de convenções e tratados internacionais ratificados pela Guiné-Bissau no âmbito do ambiente.



Política de proteção do ecossistema e das áreas protegidas

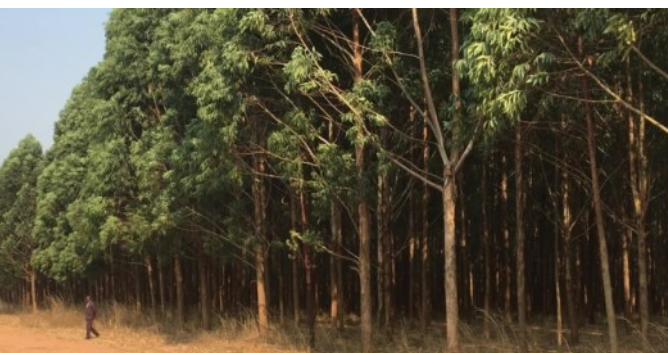
- Realizar estudos de impacto ambiental antes da implementação de qualquer projeto;
- Determinar quotas limites da pesca, caça, exploração florestal, ocupação do solo pela agricultura e frequência dos sítios protegidos pelo setor do ecoturismo;
- Reforçar a capacidade de gestão sustentável do capital natural, mediante (i) a capitalização da fundação BioGuiné (FBG); (ii) o reforço do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); (iii) e o reforço institucional da administração florestal;
- Reforçar o apoio ao processo de criação de Sistemas Nacionais das Áreas Protegidas (SNAP) enquanto suporte para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável;
- Promover e melhorar as técnicas tradicionais de conservação e de gestão sustentável do ecossistema do mangal e dos seus recursos;

Proteção dos nossos recursos florestais

- Proceder ao inventário das árvores;
- Instituir maior rigor na implementação da política florestal;
- Fortalecer a conservação e a gestão dos recursos florestais, reforçar a fiscalização e a responsabilização e combater o desmantelamento ilegal das árvores;
- Tomar medidas concretas para lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca;
- Conceber um instrumento que obrigue os madeireiros a procederem, com rigor, ao repovoamento das zonas das árvores abatidas;
- Redefinir a política de plantação de caju do ponto de vista ambiental;
- Reforçar a divulgação da política das florestas comunitárias;
- Encorajar a agricultura mecanizada nas zonas húmidas, preservando as florestas.

Proteção dos recursos haliêuticos

- Promover o inventário dos recursos haliêuticos e a implementação de planos de gestão integrada de recursos em água;
- Criar uma comissão Interministerial (Pescas, Finanças, Defesa e Ambiente) para a implementa-



ção da Lei Geral das Pescas no quadro da concessão de licenças;

- Melhorar a organização e o funcionamento do sistema nacional de controlo e seguimento das atividades das pescas;
- Fortalecer a conservação e a gestão dos recursos biológicos da pesca;
- Reforçar a fiscalização, o desmantelamento e a realocação de acampamentos de pesca artesanal ilegal;
- Promover e apoiar o desenvolvimento da pesca artesanal nacional.

Proteção da nossa costa devido à erosão

A transição de ambientes terrestres e marinhos confere um carácter de fragilidade à zona costeira, o que requer uma atenção especial do governo. A Guiné-Bissau, à semelhança de todos os países costeiros, enfrenta graves problemas e grandes desafios relacionados com a gestão costeira.

Assim, propomos:

- Elaborar e implementar uma legislação que encoraje ações a favor da conservação, incluindo riscos ligados às zonas húmidas;
- Desenvolver uma estratégia específica de planificação e de utilização das zonas húmidas, procedendo à inventariação e à

avaliação do seu valor económico e social;

- Reforçar o reflorestamento das zonas costeiras e proibir construções indevidas.

Ambiente urbano

Tendo em conta a situação vigente e degradante do estado de saneamento ambiental dos centros urbanos, principalmente em Bissau, urge que sejam tomadas medidas adequadas que visem solucionar o problema.

Assim, propomos:

- Adotar políticas públicas urgentes e eficientes que visem melhorar a boa qualidade ambiental nos centros urbanos;
- Melhorar a gestão de resíduos sólidos bem como a implantação de pequenas unidades de reciclagem, com a participação de empresas privadas;
- Implementar de forma progressiva o Decreto-Lei n. 16/2013, de 11 de julho, aprovado pela ANP, que proíbe a venda de sacos de plástico em todos os estabelecimentos comerciais;
- Melhorar e construir o sistema de drenagem pluvial urbana;
- Preservar e estimular a criação dos espaços verdes, jardins, parques infantis, campos desportivos, bem como a plantação de árvores nos domicílios, ruas e avenidas dos centros urbanos regionais e setoriais.



UM



6

VOTA



X